

**FACULDADE LEÃO SAMPAIO**  
**CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL**

REGIANE SILVA PIMENTA FEITOSA

**AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS QUE ATUAM  
NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE MISSÃO  
VELHA/CE: UM ESTUDO ACERCA DOS TENCIONAMENTOS AO PROJETO  
ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL.**

JUAZEIRO DO NORTE/CE

2012

REGIANE SILVA PIMENTA FEITOSA

**AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS QUE ATUAM  
NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE MISSÃO  
VELHA/CE: UM ESTUDO ACERCA DOS TENCIONAMENTOS AO PROJETO  
ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL.**

Monografia submetida à apreciação da Banca Examinadora do Curso de Serviço Social da Faculdade Leão Sampaio, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social. Elaborado sob a orientação da professora Esp. Maridiana Figueiredo Dantas.

JUAZEIRO DO NORTE/CE

2012

**REGIANE SILVA PIMENTA FEITOSA**

**AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS QUE ATUAM  
NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE MISSÃO  
VELHA/CE: UM ESTUDO ACERCA DOS TENCIONAMENTOS AO PROJETO  
ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL.**

Monografia submetida à apreciação da Banca Examinadora do Curso de Serviço Social da Faculdade Leão Sampaio, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social. Elaborado sob a orientação da professora Esp. Maridiana Figueiredo Dantas.

**APROVADA EM** \_\_\_\_/\_\_\_\_/2012

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof<sup>a</sup>. Esp Maridiana Figueiredo Dantas - FALS**  
Orientadora

---

**Prof<sup>a</sup>. Ms Patrícia Karla Ferreira e Silva - FALS**  
1º Examinadora

---

**Prof<sup>a</sup>. Ms Naedja Barroso Pereira - FALS**  
2º Examinadora

Dedico este trabalho a minha Vó Maria (in memória), que quando esteve entre nós, muito fez por mim, repassou ensinamentos que sempre marcaram a minha vida, me tornou uma pessoa digna, honesta e íntegra.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por iluminar meus passos e guiar meus caminhos, me dando força e coragem para seguir em frente.

Agradeço aos meus pais, Régia e Francisco pessoas que amo, pela presença incondicional.

Ao meu esposo Warison por sempre estar presente, companheiro que me deu apoio em todas as dificuldades, em todos os dias a qualquer hora. Muito obrigada pela compreensão, dedicação e carinho.

Aos meus irmãos Janete, Elinete, Regina, Marcone e Rejâne, pela convivência que tanto nos proporciona momentos de plena felicidade.

Aos meus cunhados Teotônio, Francisco, Wendel e Windson e as minhas cunhadas Fabiana e Cynara. Por dividir experiências e somar afeto e carinho em nossas vidas.

Aos meus lindos sobrinhos Francisco Vitor e Maria Sophia por conseguirem nos distrair nos momentos mais tensos, e por alegrar nossos dias.

Aos meus Avôs Mariano e Isidório e a minha avó Lídia pelos ensinamentos repassados e pelas vivências compartilhadas.

Aos meus tios e tias, aos primos e primas em especial a Eduarda e Álvaro pela contribuição e credibilidade.

A minha sogra Nilma que mesmo distante me incentivou na conclusão deste trabalho.

A Aurélia e Janaina pessoas que convivi todas as horas, que se fizeram presentes durante o processo de formação, compartilhando dos momentos bons e ruins e que hoje são frutos de uma amizade sincera.

A Maridiana, minha professora e orientadora, pessoa de fibra muito competente, me auxiliou neste trabalho de modo grandioso dividindo conhecimentos e experiências, a quem eu devo meus sinceros agradecimentos.

Agradeço a todos os professores que compartilharam seus conhecimentos conosco. A Patrícia e Naedja, pessoas que admiro pelo exemplo de profissional que são, bem como por aceitarem compor a banca examinadora deste trabalho.

## RESUMO

Este trabalho objetiva analisar as condições de trabalho dos assistentes sociais que atuam na política de assistência social do município de Missão Velha/CE na perspectiva dos tencionamentos ao Projeto ético político do Serviço Social, buscando traçar um perfil político, conhecer as condições dos mesmos e identificar como o projeto ético político vem sendo materializado pelos mesmos. Para tanto, recorreremos a categoria trabalho no intuito de entendermos como esse é determinante na construção dos seres sociais, contudo refletimos como o modo de produção capitalista engendra novas configurações ao mesmo. Portanto, temos como marco as transformações societárias inauguradas na década de 1970 reflexos das reformas estruturais do sistema gerenciado pelo capital. Neste sentido, situamos o serviço social no contexto da sua profissionalização e de sua inserção na divisão sócio-técnica do trabalho e nos variados espaços sócio-ocupacionais, estes proporcionaram ao assistente social condicionantes a sua prática, ou seja, o estabelecimento de condições para que este trabalho se realize. Todavia, observamos que estas relações implicam tencionamentos ao projeto ético político construído pela categoria profissional, uma vez que este tem sido alvo de constantes ameaças. No processo metodológico o eixo de análise foi o método crítico dialético da teoria social de Marx, a natureza da pesquisa se deu de modo qualitativo, uma vez que foi feito inicialmente um estudo bibliográfico e posteriormente foi utilizada a entrevista como instrumento de coleta de dados. Com efeito, é de extrema necessidade a constituição de novas estratégias profissionais para que a perspectiva da mudança e da transformação social se faça presente e definitiva no âmbito da prática e da teoria do Serviço Social.

**Palavras-chaves:** condições de trabalho, assistente social, projeto ético político.

## ABSTRACT

This paper aims to analyze the working conditions of social workers who work in social assistance policy of the municipality Old Mission / EC in view of the Project tencionamentos ethical politician Social Service, seeking to draw a political profile, meet the same conditions and identify as the ethical political project has been materialized by them. For that, we turned to class work in order to understand how this is crucial in the construction of social beings, but reflect how the capitalist mode of production engenders new settings the same. So we have a landmark corporate transformations inaugurated in the 1970s reflected the structural reforms of the system managed by capital. In this sense, we place social work in the context of its professionalism and its insertion in the socio-technical division of labor and the various socio-occupational spaces, they provided the social conditions to their practice, ie the establishment of conditions for this work is done. However, we observe that these relations imply tencionamentos ao ethical political project built by professional category, since this has been subject to constant threats. In the process the methodological point of analysis was the critical method of dialectical social theory of Marx, the nature of the research was done qualitatively, as was initially a bibliographical study and was subsequently used the interview as an instrument for data collection. Indeed, it is of utmost necessity establish new professional strategies to the prospect of change and social transformation being present and in the final practice and theory of Social Work.

Keywords: working conditions, social worker, ethical political project.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>CAPÍTULO 1- UMA ANÁLISE DA CATEGORIA FUNDANTE DO MUNDO DOS HOMENS: O TRABALHO</b> .....	13
1.1 A interlocução homem x natureza e o desenvolvimento do ser social.....	13
1.2 A inversão operada pelo sistema capitalista no processo de trabalho e as transformações societárias inauguradas a partir dos anos 1970.....	19
<b>CAPÍTULO 2- O SERVIÇO SOCIAL ENQUANTO ESPECIALIZAÇÃO DO TRABALHO</b> .....	32
2.1 O assistente social inscrito na divisão sócio-técnica do trabalho.....	32
2.2 O paradoxo entre as condições de trabalho do assistente social e o projeto ético político da categoria profissional.....	42
<b>CAPÍTULO 3- REFLEXÕES ACERCA DAS CONDIÇÕES COTIDIANAS DE TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS INSERIDOS NA POLÍTICA DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE MISSÃO VELHA/CE</b> .....	50
3.1 A Assistência Social inscrita na perspectiva do direito.....	50
3.2 Procedimentos metodológicos.....	56
3.3 Análise e interpretação dos dados.....	59
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	71
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	74
<b>APÊNDICE</b>	

## LISTA DE SIGLAS

**FGTS** – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

**EUA** – Estados Unidos da América

**EaD** – Educação à Distância

**ABEPSS** – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

**CFESS** – Conselho Federal de Serviço Social

**CRESS** – Conselho Regional de Serviço Social

**ENESSO** – Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social

**CF** – Constituição Federal

**LOAS** – Lei Orgânica da Assistência Social

**CNSS** – Conselho Nacional de Serviço Social

**CNAS** – Conselho Nacional de Assistência social

**FHC** – Fernando Henrique Cardoso

**ONG'S** – Organizações não Governamentais

**SUAS** – Sistema Único de Assistência Social

**PNAS** – Política Nacional de Assistência Social

**CRAS** – Centro de Referência de Assistência Social

**NOB** – Norma Operacional Básica

**CREAS** – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

**PAIF** – Proteção e Atendimento Integral a Família

**PAEFI** – Proteção e Atendimento Especializado a famílias e indivíduos

**LA** – Liberdade Assistida

**PSC** – Prestação de Serviço à Comunidade

**FLS** – Faculdade Leão Sampaio

**UECE** – Universidade Estadual do Ceará

**IFCE** – Instituto Federal do Ceará

**A.S** – Assistente Social

## INTRODUÇÃO

O exercício profissional do assistente social no circuito da contemporaneidade é acrescido de novos determinantes, os quais se colocam em virtude das transformações ocorridas no mundo do trabalho, bem como nas redefinições do Estado e conseqüentemente das políticas sociais públicas.

Fica patente que a crise capitalista de 1970 terá como maior resposta a reestruturação produtiva a qual norteada pelo toyotismo prima pela flexibilização do trabalho e sua conseqüente precarização, lançando mundialmente o aumento do trabalho informal, terceirizado, contratado, temporário, resultando em trabalhos inseguros e desprotegidos, favorecendo também o desemprego estrutural.

No que tange ao Estado ele será alvo da investida neoliberal, operando em favor do capital e deixando as demandas sociais relegadas a segundo plano. É nessa lógica que o Estado se afasta de sua responsabilidade de provedor da sociedade civil, ou seja, do social, justificando este seu afastamento pela crise fiscal e a conseqüente escassez de seus recursos. Esta retirada do primeiro setor irá expandir a mercantilização dos serviços públicos, bem como a sua refilantropização pelo chamado “terceiro setor”.

Este novo contexto sócio-histórico provocará mudanças no trabalho profissional, redefinindo suas demandas e práticas, como também reconfigurando sua inserção nos espaços sócio-ocupacionais.

Neste sentido, vale ressaltar ainda que houve uma expansão do mercado de trabalho dos assistentes sociais, uma vez que a Carta Constitucional de 1988 coloca a assistência social dentro da seguridade social, então ela passa a se constituir enquanto direito do cidadão e dever do estado. No entanto acompanhado desta expansão cresce as formas de trabalho precário, ou seja, as condições de realização desse trabalho especializado não são asseguradas. Este cenário faz com que o Projeto Ético-político profissional seja tensionado.

Todavia o projeto profissional imprime uma direção social ao trabalho do assistente social, seus valores, seu compromisso ético, então ele representa a profissão. É claro que o mesmo defende uma sociedade pautada na garantia dos

direitos civis, sociais e políticos, defende os interesses da classe trabalhadora e busca uma transformação social.

Este trabalho tem o intuito de analisar como as condições de trabalho dos Assistentes Sociais que atuam na Política de Assistência Social do município de Missão Velha/CE vem tencionando o Projeto Ético-político do Serviço Social, objetivando traçar um perfil político e conhecer as condições de trabalho dos mesmos, no sentido de identificar como esse projeto vem sendo materializado.

A escolha da referida temática se deu a partir da necessidade de elucidar as condições de trabalho vivenciadas pelo assistente social em seu cotidiano laborativo, buscando entender como este processo tenciona a materialização do projeto Ético-político do Serviço Social. Tal discursão foi motivada a partir da experiência de estágio supervisionado I e II em Serviço Social realizado na área de Assistência Social no município de Missão Velha/CE, mais precisamente no CREAS.

O trabalho foi desenvolvido da seguinte forma, no primeiro capítulo fizemos uma análise da categoria fundante do mundo dos homens, o trabalho. Este será visto sob duas perspectivas, por um lado estudamos a interlocução homem e natureza e o desenvolvimento do ser social, por outro lado observamos como a lógica capitalista inverte o sentido do processo de trabalho criando o estranhamento do ser que trabalha, esta alienação vem sendo adensada com a precarização das relações de trabalho que se dá em escala mundial a partir da crise capitalista e de suas conseqüentes respostas.

Com efeito, no segundo capítulo situamos o serviço social enquanto especialização do trabalho. Para tanto será visualizado a inserção do assistente social na divisão social e técnica do trabalho, esta lança as bases da sua profissionalização. Por conseguinte analisamos como as condições de trabalho dos assistentes sociais vem tencionando o projeto profissional.

No terceiro capítulo, foram feitas reflexões acerca das condições cotidianas de trabalho dos assistentes sociais que estão inseridos na política de assistência social do município de Missão Velha- CE, neste sentido colocamos a assistência social inscrita na perspectiva do direito, observamos os procedimentos metodológicos e concluímos com a análise e interpretação dos dados.

Para tanto, foi feita uma pesquisa de caráter bibliográfico com o emprego do método materialista histórico dialético, assim o estudo se ergue em bases de natureza qualitativa e o instrumento de coleta de dados foi a entrevista.

Portanto, torna-se imperativo para o Serviço Social construir coletivamente estratégias para que os fundamentos que orientam seu projeto sejam apreendidos e aprofundados pelos profissionais em geral, para tanto se faz necessário e urgente garantir a interlocução com os movimentos sociais que lutam em defesa da classe trabalhadora, desse modo será mantida a direção hegemônica do projeto na categoria profissional.

Nesta perspectiva os profissionais não devem justificar os limites colocados a prática pelo projeto neoliberal como uma imposição ao exercício profissional, pelo contrário, o assistente social deve se instigar com tais condições para propor novas estratégias que consigam materializar o seu projeto ético-político profissional, para isso o mesmo precisa se comprometer com os valores de um serviço social crítico e transformador.

Entendemos que somente com a análise das relações de produção e reprodução desta forma de sociabilidade é que a profissional poderá desvendar as aparências dos fatos e chegar à essência das relações sociais contemporâneas de modo crítico, analítico e propositivo através da teoria social crítica, levando em consideração à dialética, a historicidade e a matéria, com o intuito de conduzir a dimensão de totalidade destas relações.

É importante ressaltar que este estudo propõe uma reflexão e o fortalecimento do Código de Ética profissional de 1993 e a consolidação do Projeto Ético Político profissional, na defesa dos interesses das classes subalternas e na conquista de direitos para a classe trabalhadora, com o empenho de toda categoria profissional para tornar tal projeto hegemônico, visando uma sociedade mais justa e igual para todos.

## **CAPÍTULO 1- UMA ANÁLISE DA CATEGORIA FUNDANTE DO MUNDO DOS HOMENS: O TRABALHO**

### **1.1 A interlocução homem x natureza e o desenvolvimento do ser social**

Pensamos o trabalho como uma categoria central, uma vez que é através dele que o homem transforma a natureza e a si mesmo. Esta característica específica que possibilita a diferenciação entre homens e seres irracionais, fundando uma sociabilidade peculiar em que se inscrevem os seres sociais enquanto resultantes desse processo histórico.

Como atesta Marx (1996, p. 303) “o processo de trabalho é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas”, Assim, o objeto do trabalho é a natureza, uma vez que é sobre ela que o homem modifica a matéria natural para obtenção das condições materiais de existência, como também de bens necessários à sua reprodução social. Nas palavras de Marx,

O trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. (MARX, 1996, p. 297)

Neste sentido, a transformação da natureza em algo útil para o homem só é possível ao passo que o mesmo coloca em movimento as sua forças naturais, assim o trabalho exige uma atividade material que põe a disposição os “braços e pernas, cabeça e mãos” no intuito de modificar esta natureza a seu favor.

Lessa (2006, p. 15) acrescenta que “o trabalho funda a possibilidade da autoconstrução dos indivíduos e das sociedades e, por isso, é a categoria fundante do mundo dos homens”, portanto visualizamos a categoria trabalho como importantíssima e imprescindível para entendermos a dinâmica da vida em sociedade e dessa forma compreendermos a realidade social, pois o trabalho é a categoria responsável pelo

desenvolvimento de toda a sociedade e é através dela que se torna possível a transformação da realidade e da sociedade.

Com isso o trabalho produz mudanças no mundo objetivo, bem como no indivíduo que estava em contato com a natureza, uma vez que no final do processo terá ocorrido uma transformação do mundo objetivo, da natureza e dos homens. Este último trás como resultado do processo novos conhecimentos, ao passo que vai adquirindo novas habilidades. Lessa (2007) acrescenta:

(...) Toda nova situação criada pela objetivação possui uma dimensão social, coletiva. Não apenas o indivíduo se encontra em uma nova situação, mas toda a sociedade se encontra frente a um novo objeto, o qual abre possibilidades para o desenvolvimento de toda a sociedade. Não apenas o indivíduo, mas também toda a sociedade, evoluiu. O objeto construído pelo trabalho do indivíduo possui, portanto, uma ineliminável dimensão social: ele tem por base a história passada e faz parte da vida da sociedade. (LESSA, 2007, p. 31)

O processo de trabalho impulsiona modificações na matéria, no objeto do trabalho, ou seja, na natureza; aponta para a transformação da realidade. Neste âmbito o homem além de transformar a matéria natural transforma a si mesmo ocorrendo uma interlocução recíproca entre sujeito e objeto, em razão disso podemos afirmar que o trabalho estabelece a autoconstrução dos homens em sociedade.

Conforme Netto (2010) o fato de que o trabalho rompe com o caráter natural de atividades realizadas pelas espécies animais, é evidente ao passo que somente o trabalho realizado pelo homem exige novas formas de mediar à relação homem e natureza. É exemplo disso a necessidade do uso de meios ou instrumentos, este processo recoloca o aparecimento de novas necessidades, bem como novas formas de responder a elas.

Cumprir frisar que o trabalho se diferencia das atividades naturais na medida em que ele pressupõe uma relação intrínseca entre o sujeito (homem) e o objeto (natureza), esta relação é propiciada através de instrumentos, uma vez que a natureza não cria os mesmos e o homem não atua de forma imediata na matéria natural. Para Marx (1996),

O meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador coloca entre si mesmos e o objeto de trabalho e que lhe serve como condutor de sua atividade sobre este objeto. Ele utiliza as propriedades mecânicas, físicas, químicas das coisas para fazê-las atuar, como meio de poder sobre outras coisas, conforme o seu objetivo. (MARX, 1996, p. 298).

Todavia faz-se necessário discutir a característica teleológica que envolve a categoria trabalho, pois todo processo de trabalho pressupõe uma prévia ideação, cuja ação é projetada na consciência do indivíduo antes de ser objetivada. Marx (1996, p. 298) aponta que “no fim do processo de trabalho obtêm-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto idealmente”.

Portanto esta atividade pensada possibilita ao homem escolher as alternativas para determinadas situações, a partir da escolha feita tem-se a objetivação e, por conseguinte uma nova situação, esta por sua vez é sempre uma transformação da realidade. Guerra (2000) estabelece que,

No processo de trabalho a passagem do momento da pré-ideação (projeto) para a ação propriamente dita requer instrumentalidade. Requer a conversão das coisas em meios para o alcance dos resultados. (...) É essa capacidade que, como instância de passagem, possibilita passar das abstrações da vontade para a concreção das finalidades. (GUERRA, 2000, p. )

A rigor, toda atividade projetada na consciência humana busca estabelecer um fim, este é planejado no plano ideal, contudo busca materializar-se no plano material. Conclui-se que todo trabalho humano é pensado antes mesmo de ser objetivado, para tanto esta prévia ideação empreende de modo antecipado a intencionalidade da ação, ou seja, o trabalho é sempre teleologicamente orientado. Vale ressaltar que a realização do trabalho só se efetiva quando o mesmo é objetivado e quando ocorre a transformação da matéria natural, para tanto não basta o sujeito idealizar a ação é preciso pensar nas condições materiais que darão concretude ao trabalho.

Para tanto, o processo de trabalho a partir da característica teleológica, impõe a precisão de articular os meios a uma finalidade, cuja ideia pensada no plano abstrato é dependente dos resultados que são estabelecidos previamente, ou seja, os meios são

pensados em prol de alcançar os objetivos iniciais. Contudo, a natureza não é adaptada as finalidades, pelo contrário, as finalidades que serão adequadas, no intuito do objeto natural não perder suas características inerentes.

Assim,

São as finalidades que determinam o modo de atuar e a escolha por alternativas. Mas há condições objetivas com as quais os homens defrontam-se, escolhem, criam e aperfeiçoam os meios de trabalho, dentre elas as propriedades naturais de que esses meios são portadores. Através do trabalho e do processo de objetivação o homem realiza no elemento natural a sua finalidade. Em outras palavras: as necessidades são sempre sociais e as finalidades são socialmente construídas. São as finalidades que orientam a busca, a seleção e a construção dos meios. (GUERRA, 2000, p. )

Neste sentido, o trabalho é sempre uma atividade coletiva, pois ele que permite a transmissão de conhecimentos entre os homens através de suas representações, aonde o sujeito do trabalho vai sendo impulsionado a repassar seus saberes para os outros homens, isto só é possível graças a um sistema de comunicação gerado no espaço do ser que trabalha, propiciando o surgimento de uma linguagem articulada que estimula o aprendizado do homem que trabalha em contato com a realidade que o cerca. (NETTO, 2010).

Dessa forma, consideramos que o trabalho a partir de sua especificidade coletiva sempre é uma atividade social, é esta característica primordial do mesmo que funda o ser social, um ser que se distancia cada vez mais do ser natural, ao passo que a partir de múltiplas aproximações cotidianas com o real, por meio do processo de trabalho ele vai se humanizando.

Desse modo, Netto (2010) acrescenta:

O trabalho implica mais que a relação sociedade/natureza: implica uma interação no marco da própria sociedade, afetando os seus sujeitos e a sua organização. O trabalho, através do qual o sujeito transforma a natureza, (...) transforma também o seu sujeito: foi através do trabalho que, de grupos de primatas, surgiram os primeiros grupos humanos – numa espécie de salto que fez emergir um novo tipo de ser, distinto do ser natural: o ser social. (NETTO, 2010, p. 34)

Neste caso, percebemos que quanto mais o homem se humaniza e se torna ser social, menos o ser natural influencia e determina sua vida em sociedade. Isto é explicado ao passo que o desenvolvimento histórico encontra o desenvolvimento do ser social, este aspecto denota a dimensão social que envolve o trabalho, pois é através deste que os homens constroem a se mesmos.

Portanto, a função social do trabalho é sempre a mediação entre homem e natureza. É esta relação entre ambos que produz a base material de toda sociedade. A função social que é estabelecida pelo trabalho o coloca enquanto categoria fundante do mundo dos homens é por meio dela que se desenvolve variadas práxis sociais. Entendemos que o trabalho é a primeira objetivação do ser social, porém ele gera todas as outras objetivações humanas ao passo que elas se estruturam no próprio processo de humanização dos homens em sociedade. Com efeito,

A práxis não tem como objeto somente a matéria; também supõem formas de interação cultural entre os homens. Para transformar a realidade produzindo um mundo histórico-social, os homens interagem entre si e tendem a influir uns sobre os outros, buscando produzir finalidades coletivas. Neste sentido, a vida social se constitui a partir de várias formas de práxis, cuja base ontológica primária é dada pela práxis produtiva objetivada pelo trabalho. (BARROCO, 2010, p. 30).

Compreendemos que o trabalho funda o ser social, contudo o ser social não se limita no trabalho. O trabalho é uma das objetivações do ser social, embora todas as outras objetivações do ser social pressupõem uma articulação com as características imanentes ao processo de trabalho, ou seja, com a teleologia, com a linguagem articulada, com a comunicação entre outras.

Para tanto, todas as objetivação humanas se incluem em uma categoria específica, a categoria da práxis. Em certo sentido ela deve expressar as objetivações do homem como parte de sua humanidade, e por meio dessas objetivações o ser social constrói a ciência, a arte, a filosofia, enfim constrói um mundo social. (NETTO, 2010).

As objetivações do ser social criadas pela práxis se diferenciam da primeira objetivação humana – o trabalho, de uma parte por não mais se tratar de uma relação onde o homem é o sujeito e a natureza é o objeto, pois agora serão estabelecidas relações de sujeito a sujeito, como também por as objetivações do trabalho se realizar

apenas no plano material, já as objetivações da práxis podem se dá tanto no plano material quanto no ideal. Todavia “as práxis sociais que não são trabalho realizam e reproduzem as relações dos homens entre si e não entre homens e a natureza” (LESSA, 2007, p.46).

Não obstante as práxis sociais devem ser analisadas no contexto da sociedade em sua totalidade e não em esferas separadas ou isoladas, estas por sua vez permitem apenas uma visão imediatista da realidade social e, portanto, limitada. Assim sendo, considera-se o primado do trabalho enquanto forma privilegiada da práxis, partindo do pressuposto de que o trabalho é o fundamento ontológico do ser social, pois esta característica em específico o torna capaz de desenvolver mediações que o diferencia de outros seres. Neste aspecto Barroco (2010) elucida:

As mediações, capacidades essenciais postas em movimento através de sua atividade vital, não são dadas a eles; são conquistadas no processo histórico de sua autoconstrução pelo trabalho. O trabalho não é obra de um individuo mas da cooperação entre os homens; só se objetiva socialmente, de modo determinado; responde as necessidades sócio-históricas. (BARROCO, 2010, p. 26).

Cabe enfatizar como o trabalho assume um papel imprescindível na formação do ser social, pois é através do mesmo que os homens constroem a sociabilidade, ela é dessa forma produto da práxis, contribui para a interação entre os homens, bem como para formação da cultura. Portanto, o trabalho sempre cumpre uma função social e histórica.

Em suma, o trabalho possibilita a criação de valores sociais, pois a partir do estabelecimento das finalidades sociais de sua prática, viabilizada pela consciência, forma-se um modo de agir e pensar a vida em sociedade é que os homens impulsionam o desenvolvimento da realidade e da história, produzindo mudanças na sociedade. lamamoto (2010, p. 351), acrescenta: “A consciência, a que se atribui um papel ativo no ato de trabalho, delimita o ser de natureza orgânica e o ser social, tornando o homem um “ser que dá respostas” aos seus carecimentos”.

Assim sendo o individuo social é ao mesmo tempo um ser singular e genérico, uma vez que esta interação se dá através da consciência humano-genérica, de modo que o individuo compreende que esta interação é sempre coletiva e nunca se apresenta

com um homem sozinho. Esta percepção do ser social com relação à realidade é evidenciada pelo constante exercício da práxis, uma vez que, “a dimensão genérica do ser social é dada pelo trabalho, só possível como atividade coletiva: o próprio ato individual do trabalho é essencialmente histórico-social”. (IAMAMOTO, 2010, p. 353).

Em linhas gerais, cabe frisar que o trabalho é a condição primordial para a produção da humanidade dos homens, ele quem forma os sujeitos ou indivíduos sociais, e, por conseguinte forma também a subjetividade e a personalidade daqueles. Para tanto, “o trabalho é criação, é motor da civilização e fonte de realização das potencialidades da natureza social do homem que ao criar o trabalho é recriado e modificado pela atividade a que deu vida” (GRANEMANN, 2009, p. 227).

Todavia, o trabalho é um contributo inquestionável na construção da sociedade, da história e das relações sociais. Ele que impulsiona todas as práticas sociais, todas as objetivações que contribuem para o desenrolar de todos os atos sociais humanos.

## **1.2 A inversão operada pelo sistema capitalista no processo de trabalho**

O trabalho na órbita da produção e reprodução das relações sociais capitalistas é capturado pela forma mercantil que assume, ou seja, ele passa a se constituir enquanto valor. Nesse estágio o trabalho ao invés de ser uma atividade que possibilita a emancipação e liberdade dos seres sociais, aponta para o aprisionamento desses as amarras estabelecidas por um sistema que além de apropriar os meios de produção, inverte e subverte o sentido da categoria fundante do mundo dos homens, o trabalho, qual seja, a transformação da natureza pelo homem para a satisfação de suas necessidades. Desse modo, consideramos que pela primeira vez na história os bens necessários à reprodução humana são produzidos como mercadoria. Guerra (2011) Expõe,

Aqui não se trata mais do trabalho, ou do processo simples de trabalho que produz valores de uso para seu produtor, no qual o produtor é também proprietário dos meios de produção, dos instrumentos, habilidades e conhecimentos que lhes endossam esta posse. Trata-se de um tipo especial de trabalho que, ao ser vendido no mercado como

força de trabalho, acaba por constituir-se em mercadoria e, portanto, deve conter um valor. O capitalista, proprietário dos meios de produção, compra a força de trabalho e adquire o direito de utilizá-la, por determinado período de tempo, como melhor lhe convier. A força de trabalho, cristalizada em mercadoria, e colocada no mercado, é comparada a outras mercadorias. (GUERRA, 2011, p. 104)

Neste sentido, o que acirra as relações entre capitalista e trabalhador, é o fato de que estes possuem interesses contraditórios, de um lado, busca-se o lucro obtido pela exploração da força de trabalho, de outro, tem-se uma classe que possui apenas a sua força de trabalho como meio de prover a sua manutenção e de sua família. Assim “(...) a atividade do trabalho, enquanto meio de desenvolvimento da essência humana, foi reduzida a meio de subsistência” (GUERRA, 2011, p. 114)

Neste sentido, as relações sociais consubstanciam-se em relações econômicas, uma vez que são estabelecidas relações de compra e venda de uma mercadoria específica: o trabalho. Portanto, o trabalhador está sobre comando do capitalista, uma vez que, o mesmo além de ser proprietário da sua força de trabalho é possuidor dos produtos produzidos pelo primeiro. Como atesta Marx:

O trabalhador fica mais pobre à medida que produz mais riqueza e sua produção cresce em força e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria ainda mais barata à medida que cria mais bens. A *desvalorização* do mundo humano aumenta na razão direta do *aumento de valor* do mundo dos objetos. O trabalho não cria apenas objetos; ele também se produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e, deveras, na mesma proporção em que produz bens. (MARX, 1844, p. 5).

Na verdade, o trabalho, inscrito nas relações sociais do capital, passa a ser evidenciado como uma mera mercadoria, onde se estabelecem relações de compra e venda possibilitada pela liberdade do trabalhador vender sua mercadoria – força de trabalho, em troca de um salário.

Analisamos que a sociedade moderna produz o maior desenvolvimento das forças produtivas e das capacidades humanas assentadas no trabalho; enquanto isso, contraditoriamente se evidencia o maior grau de alienação em todas as esferas da vida social. Para Netto (2010),

Com seus fundamentos na organização econômico-social da sociedade, na exploração, a alienação penetra o conjunto das relações sociais. Manifestando-se primeiramente nas relações de trabalho (entre o trabalhador, seus instrumentos de trabalho e seus produtos), a alienação marca as expressões materiais e ideais de toda a sociedade – esta e seus membros movem-se numa cultura alienada que envolve a todos e a tudo: as objetivações humanas, alienadas, deixam de promover a humanização do homem e passa a estimular regressões do ser social. (NETTO, 2010, p. 45).

Conforme Granemann (2009), na sociedade capitalista o trabalho não é realização das capacidades humanas mais é visto como mera mercadoria, fundando as relações de troca entre coisas e não entre homens que produzem a riqueza social, pelo contrário, a riqueza social é apropriada pela minoria, a classe detentora dos meios de produção.

Não obstante, a alienação significa estranhamento entre sujeito (trabalhador) e objeto (criação do trabalhador), configura-se um processo onde ocorre a personificação da coisa e a coisificação do humano. Desse modo, a riqueza socialmente produzida pelo trabalhador é apropriada pelo capitalista, inviabilizando o repasse dessa riqueza aos responsáveis pela sua construção – o trabalhador. Iamamoto (2010, p. 389) atesta que, “para o trabalhador, o processo produtivo ocorre por meio de uma relação de estranhamento, em que tudo lhe é alheio: os materiais que elabora, os instrumentos com que trabalha e o próprio trabalho vivo”. Assim visualizamos uma desvalorização do sujeito que trabalha e em contrapartida a supervalorização dos objetos ou coisas criadas pelo trabalhador.

A sociabilidade criada pelo capital ao transformar o trabalho numa mercadoria, coloca o trabalhador numa situação em que ele não se reconhece nos frutos do seu trabalho, neste marco social e histórico as objetivações humanas, dentre elas o trabalho passa a ser controlado por uma coisa que parece ser superior a ele, ou seja, é criada uma alienação que se configura enquanto,

A coisificação das relações sociais e a transformação da riqueza humana, ou seja, do produto material e espiritual da práxis, em objetos estranhos e dotados de uma vida própria, que aparecem aos homens como um “poder” que os domina. Propiciam que os valores tomem a

forma de coisas que valem independentemente da atividade humana. (BARROCO, 2010, p. 35)

Esta relação de estranhamento entre o trabalhador e o objeto, só é viável à medida que existe outro homem – dono dos meios de produção, que domina os objetos produzidos pelo trabalhador no processo produtivo. Entretanto, “o processo de produção e reprodução do capital é o processo de produção e reprodução dessa alienação” (IAMAMOTO, 2010, p. 390).

O fenômeno da alienação é fundado a partir do momento em que o homem explora a força de trabalho de outro homem, neste âmbito o trabalhador é expropriado de modo objetivo e subjetivo, pois os resultados e produtos do seu trabalho não lhe pertence, é algo alheio, pois pertence ao homem que lhe explora cotidianamente – o capitalista.

Todavia, faz-se preciso diferenciar trabalho concreto de trabalho abstrato, o primeiro é entendido como trabalho útil, ao passo que cria valor de uso, o segundo trata-se de uma forma de trabalho que expressa um valor de troca, este é determinado socialmente, uma vez que é na relação com as pessoas que ele cria valor, este é “trabalho humano cristalizado cuja existência é puramente social e sua materialidade enquanto valor só pode revelar-se na relação de uma mercadoria com outras” (IAMAMOTO, 2010, p.62). Desse modo, no modo de produção capitalista, à medida que o trabalho privado se torna social o trabalho concreto se transforma em trabalho abstrato.

No que tange ao debate sobre trabalho produtivo e trabalho improdutivo, cumpre frisar que, para Netto (2010, p. 115) “o caráter produtivo ou não do trabalho relaciona-se ao fato de ele criar valor que pode ser apropriado por capitalistas”. Assim sendo, o trabalho produtivo se refere ao trabalho que produz capital, ou seja, produz mais valor para o capitalista. Já o trabalho improdutivo configura-se como um trabalho que não gera mais-valia, dito de outro modo, um trabalho que não gera riqueza a outrem.

Transcorrendo o percurso histórico, vale ressaltar, as mutações no mundo do trabalho a partir da crise do capital inaugurada na década de 1970. Para tanto, será elucidado os processos de reestruturação do capital, o Toyotismo e o Neoliberalismo.

Conforme Mota (2009), o período histórico demarcado entre 1945 até o final dos anos 1960 significou para o capital um grande lastro de desenvolvimento, é tanto que ficou conhecido como “anos dourados” ou “anos gloriosos” do capitalismo, é claro que esta onda expansiva do capital só foi possível devido ao binômio keynesianismo-fordismo, cuja produção em massa adquiriu seu fim primordial: o consumo em massa. E este último só se tornou viável com o pleno emprego, bem como pela intervenção do estado na produção e reprodução das relações entre capital e trabalho. Esta conjuntura sócio-histórica configurou-se apenas nos países cêntricos, e foi denominado Welfare State.

Neste sentido, as mudanças ocorridas no trabalho surgem em consequência da crise estrutural do capital, que em procura de seu restabelecimento após um período recessivo de estagnação econômica, busca novas formas de produção e reprodução do capital, assim atesta Mota,

No âmbito do sistema capitalista e de sua economia, instala-se muito mais do que uma crise econômica; estão postas as condições de uma crise orgânica, marcada pela perda dos referenciais erigidos sob o paradigma do fordismo, do keynesianismo, do WelfareState e das grandes estruturas sindicais e partidárias. (MOTA, 2009, p. 58)

Portanto, serão projetadas novas fórmulas para reacender a economia capitalista mundialmente, uma vez que os organismos multilaterais como o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial do Comércio, se responsabilizarão pelo comando da economia mundial, através dos ajustes econômicos que submeterá as economias periféricas a estarem a serviço do capital internacional.

Dessa forma, no início nos anos 1990, temos a entrada do Brasil na ordem econômica mundial: “sob os imperativos do capital financeiro e do neoliberalismo, responsáveis pela redefinição de estratégias de acumulação e reforma do Estado” (MOTA, 2009, p. 58). Acompanhado e como reflexo do processo acima assinalado, teremos a intensificação no Brasil da reestruturação produtiva, esta tem como base a acumulação flexível, norteadas pelo toyotismo ou modelo japonês. Neste tipo de organização do trabalho tem-se a implementação de formas de trabalho precário: os terceirizados, os subcontratados, os informais entre outros. Também como resultante

dessa nova forma de acumular capital potencializa-se o fantasma do desemprego estrutural, implicando uma série de transformações no mundo do trabalho, como elucida a citação abaixo:

A transferência de riqueza entre as classes e categorias sociais e entre países está na raiz do aumento do desemprego crônico, da precariedade das relações de trabalho, das exigências de contenção salarial, da chamada flexibilidade das condições e relações de trabalho, além do desmonte dos sistemas de proteção social. (IAMAMOTO, 2010, p. 111)

Nesta nova cena, o Estado será cooptado pelo advento do neoliberalismo, provocando a desregulamentação e liberalização daquele, chamado a intervir apenas na esfera econômica e sendo paliativo na área social, atuando apenas de modo fragmentado com ações pulverizadas nos casos de pobreza extrema, a justificativa disso se apresenta no esgotamento das estratégias estatizantes, bem como, nas teses que apontam a crise fiscal do estado. Todavia “O projeto neoliberal subordina os direitos sociais à lógica orçamentária, a política social à política econômica” (IAMAMOTO, 2010, p. 149). Contudo, vale ressaltar que estes processos não se fazem em vão, pois, estas características assumidas pelo estado se dão a partir de estratégias que possibilitem o reacender da economia capitalista em crise. De modo que,

Orquestrada pela ofensiva neoliberal, a ação sociorreguladora do estado se retrai, pulverizando os meios de atendimento às necessidades dos trabalhadores entre organizações privadas mercantis e não-mercantis, limitando sua responsabilidade social à segurança pública, à fiscalidade e ao atendimento, através da assistência social, àqueles absolutamente impossibilitados de vender sua força de trabalho. (MOTA, 2009, p. 59)

É nessa lógica que o Estado se afasta de sua responsabilidade de provedor da sociedade civil, justificando este seu afastamento pela crise fiscal e a consequente escassez de seus recursos, esta retirada do primeiro setor irá expandir a mercantilização dos serviços públicos e do bem estar social, bem como a sua refilantropização pelo chamado “terceiro setor”. Para Montanõ (2002, p. 238) “(...) consolidam-se três modalidades de serviços de qualidade diferentes – o privado/

mercantil, de boa qualidade; o estatal/ “gratuito”, precário e o filantrópico/ voluntário, geralmente também de qualidade duvidosa”.

Fica patente que a adoção das políticas neoliberais e da ideologia da “crise fiscal do estado” permitem que apareçam novas expressões da questão social na cena contemporânea, que se configura de modo inédito uma vez que suas expressões se aprofundam e se agravam, fazendo com que, “Nesse novo cenário, a “velha questão social” metamorfoseia-se, assumindo novas roupagens”. (IAMAMOTO, 2010, p. 144).

A rigor o que percebemos é que com o adensamento do neoliberalismo e com a financeirização da economia mundial, a questão social é desvinculada do processo histórico em que emerge, descaracterizando a dimensão de totalidade e retirando da sociedade burguesa a responsabilidade por produzir uma sociedade desigual. Assim coloca-se o sujeito isolado como responsável pelos seus problemas, fragmentando a questão social em inúmeras “questões sociais”. Esta perspectiva aponta que o crescimento econômico não atingiu o tão esperado e prometido desenvolvimento social.

Compreende-se que o toyotismo foi um dos promotores das mudanças que assolam o mundo do trabalho na contemporaneidade, porque com a substituição do taylorismo/fordismo pelo toyotismo o proletariado fabril vai se reconfigurando e abrindo espaço para flexibilização da acumulação, esta calçada no incremento tecnológico que permite ao capital intensificar a exploração e o controle sobre a classe trabalhadora, para Antunes essas tendências,

Evidenciam uma nítida redução do proletariado fabril, industrial, manual, especialmente nos países de capitalismo avançado, quer em decorrência do quadro recessivo, quer em função da automação, da robótica e da microeletrônica, gerando uma monumental taxa de desemprego estrutural. Paralelamente a essa tendência, há outra também extremamente significativa, dada pela subproletarização do trabalho, presente nas formas de trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, “terceirizado”, vinculados a “economia informal”, entre tantas modalidades existentes. (ANTUNES, 2010, p. 49).

Fica patente, que o toyotismo tem como finalidade primordial intensificar as condições do capital explorar e expropriar a força de trabalho, e assim o faz ao se fundamentar num “padrão produtivo organizacional e tecnologicamente avançado, resultado da introdução de técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase

informacional, bem como da introdução ampliada de computadores no processo produtivo e de serviços” (ANTUNES, 2006, p. 52)

Destacamos como mudanças principais inauguradas pelo toyotismo a desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho, uma vez que se inauguram o trabalho informal, terceirizado, subcontratado, polivalente, multifuncional, temporário dentre outras formas que levam a caracterizá-lo como formas de trabalho precário. Em paralelo surge também o fantasma do desemprego estrutural o que implica uma intensificação da exploração daqueles que trabalham. Desse modo:

Trata-se, portanto, de uma destrutividade que se expressa intensamente quando descarta, tornando ainda mais supérflua, parcela significativa da força mundial de trabalho, onde milhões encontram-se realizando trabalhos parciais, precarizados, na informalidade ou desempregados. (ANTUNES, 2011, p. 407).

Antunes (2006) denomina classe trabalhadora como uma “classe-que-vive-do-trabalho”, está incluída nela, todos os trabalhadores que vendem sua força de trabalho em troca de um salário, desse modo, engloba o trabalhador do setor de serviços, os terceirizados, os informais, os precarizados e até mesmo os desempregados. O capitalismo em resposta ao desemprego estrutural se defende com a premissa que existem postos de trabalho. Mas as pessoas que estão sem trabalho é porque não se qualificam para se manter ou entrar em um desses postos. Mas, sabemos que outro agravante a esse processo é a automação, ou seja, a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, uma vez que alguns dos postos de trabalho são transferidos para as máquinas informatizadas.

No que se refere ao “terceiro setor”, entendemos que este cumpre uma função específica, incorporar os trabalhadores que se encontram sem emprego, contudo busca-se um trabalho voluntário, onde se inscrevem práticas baseadas na filantropia, na caridade, na solidariedade, no assistencialismo e em valores não mercantis. Portanto, estes espaços não se constituem em mercado de trabalho, pois não geram relações de emprego e assalariamento, pelo contrário é funcional ao sistema ao passo que o estado não precisa se preocupar com estes trabalhadores em situação de

desemprego, uma vez que eles estão conformados em fazer uma atividade de relevância para o social. (ANTUNES, 2006).

Para Antunes (2006) a classe trabalhadora se heteroginiza com a “divisão sexual do trabalho”, pois se visualiza um aumento do trabalho feminino, e em contraposição diminuem os gastos salariais e com direitos e condições de trabalho. Ocorre que as atividades e trabalhos são divididos entre homens e mulheres segundo a qualificação e intensidade, de modo que o trabalho feminino é ainda mais explorado, desse modo “(...) a classe-que-vive-do-trabalho é tanto masculina quanto feminina. É, portanto, também por isso, mais diversa, heterogenia e complexificada” (ANTUNES, 2010, p. 51).

Por um lado, vislumbra-se uma constante exclusão de jovens e idosos do processo produtivo, aumentando o desemprego nessas faixas etárias. Por outro lado, o capital absorve de modo ilegal o trabalho infantil de milhares de jovens em todo o mundo.

Outra exigência imposta pelo toyotismo se refere à desqualificação dos trabalhadores qualificados em uma área específica, esse processo se dá em virtude da criação do trabalhador polivalente e multifuncional, que deve deixar de lado a especialidade do seu trabalho, para atuar de modo desespecializado. Antunes (2010, p. 57) elucida esse processo significou “(...) um ataque ao saber profissional dos operários qualificados, a fim de diminuir seu poder sobre a produção e aumentar a intensidade do trabalho”.

Vale ressaltar, que estas formas de trabalho precário contribuem para que o sistema econômico continue a se reproduzir, uma vez que a circulação e consumo de mercadorias se efetiva, mesmo que de modo instável.

Na esfera da produção de mercadorias assiste-se ao aumento das taxas de lucro via crescimento da produtividade do trabalho, mediado pelo uso de novas tecnologias, implicando a “subsunção real e formal” do trabalho ao capital, isto se dá a partir de reformas institucionais, bem como pela implementação de mecanismos capazes de promover a adesão e o consentimento dos trabalhadores às mudanças requeridas. (AMARAL e MOTA, 2010). “A exigência ao nível da produção é reduzir

custos e ampliar as taxas de lucratividade” (IAMAMOTO, 2010, p. 143). A autora acrescenta que:

A necessidade de redução de custos para o capital revela-se na figura do trabalhador polivalente, em um amplo enxugamento das empresas, na captação da mais-valia das empresas terceirizadas para as quais são transferidos os riscos das oscilações de mercado. (IAMAMOTO, 2010, p. 143)

Com efeito, o que visualizamos é a fragmentação do trabalho coletivo, pois de um lado tem-se os formais – estável e socialmente protegido/ seguro, de outro tem-se os informais – instável, desprotegido e inseguro; lamamoto (2010, p. 118) completa afirmando que: “a redução do trabalho protegido tem no seu verso a expansão do trabalho precário, temporário, subcontratado, com perda de direitos e ampliação da rotatividade da mão-de-obra”.

A partir disso o trabalho inseguro representa uma perda de direitos sociais e trabalhistas para a classe trabalhadora, são exemplos disso; o seguro desemprego, auxílio-doença, aposentadoria, licença-maternidade, FGTS dentre outras. Dessa forma, assiste-se a destruição dos direitos que foram arduamente conquistados pela classe trabalhadora, através de suas lutas e reivindicações.

Conforme Amaral e Mota (2010) esse processo se dá acompanhado por um conjunto de mudanças na organização da produção e nas modalidades de gestão da força de trabalho, isto se dá em busca de um “novo equilíbrio”, ou seja, com o intuito de reorganizar as forças produtivas para recompor o ciclo de reprodução do capital. Para tanto o capital cria mecanismos sócio-políticos, culturais e institucionais necessários à manutenção do sistema.

Todavia, as novas formas de gestão da força de trabalho vêm a cada dia ultrapassando os limites da alienação do trabalho, pois ao envolver o trabalhador numa relação manipuladora e falaciosa a partir dos discursos de “times de trabalho”, “células da produção”, “envolvimento participativo” dentre outras, acabam por tonar a relação do trabalhador com seu trabalho mais estranhada, como também lança o ideário de que o trabalhador deve se “esforçar” para colaborar e alcançar os objetivos colocados pela empresa, de modo que se assim ele não o fizer, tem muitos desempregados que

podem ocupar o seu lugar para fazê-lo, “nessa empresa liofilizada, é necessário um “novo tipo de trabalho”, que os capitais denominam, de modo mistificado, de “colaborador”. (ANTUNES, 2010, p. 107)

Neste sentido, Antunes (2006) acrescenta,

Mais complexificada, a aparência de maior liberdade no espaço produtivo tem como contrapartida o fato de que as personificações do trabalho devem se converter ainda mais em personificações do capital. Se assim não o fizerem, se não demonstrarem essas “aptidões”, (“vontade”, “disposição” e “desejo”), trabalhadores serão substituídos por outros que demonstrem “perfil” e “atributos” para aceitar esses “novos desafios”. (ANTUNES, 2006, p. 130)

Assim, o que ocorre é a desregulamentação e flexibilização dos direitos do trabalho, estes se perdem no ambiente manipulatório da empresa, sendo substituídos pela falácia da participação, da cooperação e do envolvimento nestes espaços. Entretanto, sabe-se que esta retórica faz parte das novas formas de gestão da força de trabalho, buscando o consentimento desta para a acumulação continuar em ordem.

Contudo, isto reflete no desmoronamento do poder sindical, de modo que ocorre um enfraquecimento das lutas e reivindicações da classe trabalhadora, onde a maior preocupação agora se centra em permanecer no trabalho, por mais precário que ele seja recaindo na naturalização da exploração do trabalho.

O peso recai sobre o aumento do desemprego estrutural e o conseqüente retrocesso do poder sindical, cuja desarticulação foi parte de uma estratégia política ultraliberal, como condição de viabilizar o rebaixamento salarial e estimular a competitividade entre os trabalhadores. (IAMAMOTO, 2010, p.118)

Então a tendência da classe trabalhadora é a sua desproletarização, onde todos em condições precárias de trabalho buscam apenas se manter no trabalho, como também se “preocupam” apenas com sua vida individual, ou seja, com a mera relação salarial. Assim perdem-se os ideais da classe trabalhadora em sua dimensão coletiva, em tempos de ausência de luta e posturas de consentimento.

Neste aspecto, a alienação supõe também um processo de luta e resistência, pois o capitalismo em seu estágio globalizado e financeirizado prima pela subordinação

do trabalho aos requisitos do capital, entretanto é na própria contradição gerada por este sistema que a luta da classe trabalhadora vem se firmando, ao passo que eles constroem o processo de desalienação, buscando conquistar uma referencia em seus próprios movimentos, esta luta “é a expressão da revolta da atividade contra a sua condição de estranhada”. (ANTUNES, 2006, p. 132)

No que tange as teses que defendem o fim do trabalho, consideramos que o trabalho não perdeu a sua centralidade ontológica na contemporaneidade, pois no modo de produção capitalista não se pode eliminar o trabalho coletivo, uma vez que este é quem produz valores de troca, e, portanto a valorização do capital. Contudo, o que visualizamos hoje é uma crescente redução do trabalho vivo e em contrapartida a ampliação do trabalho morto, mas compreendemos que as máquinas inteligentes da era globalizada, da robótica e da microeletrônica, são operadas pelos trabalhadores. Assim é impossível o trabalho morto sobreviver sem o trabalho vivo, pois o primeiro é totalmente dependente do segundo. Nas palavras de Antunes,

Estabelece-se, então, um complexo processo interativo entre trabalho e ciência produtiva, que não leva à extinção do trabalho, mas a um processo de retroalimentação que gera a necessidade de encontrar uma força de trabalho ainda mais complexa, multifuncional, que deve ser explorada de maneira mais intensa e sofisticada, ao menos nos ramos produtivos dotados de maior incremento tecnológico. Com a conversão do trabalho vivo em trabalho morto, a máquina informacional passa a desempenhar atividades próprias da inteligência humana. (ANTUNES, 2010, p. 176).

Todavia, a tese que afirma o fim da classe trabalhadora é desprovida de fundamentação, uma vez que não coloca uma análise coerente dessa nova realidade.

Como bem sabemos o sistema produtor de mercadorias não pode se reproduzir sem a classe trabalhadora, a partir do pressuposto de que uma economia de mercado não sobrevive sem um mercado consumidor, ou seja, os robôs produziram as mercadorias, mas não consumiriam as mesmas. Desse modo o sistema capitalista colocaria sua própria existência em risco, assim “(...) uma sociedade não pode deixar de produzir como não pode deixar de consumir”. (MARX citado por GRANEMANN, 1999, p.156)

É sabido que a classe trabalhadora hoje vivencia um processo que a torna fragmentada, heterogenia e por isso mais complexa, convivem ao mesmo tempo

trabalhos intelectualizados com trabalhos precarizados, qualificados com desqualificados, formais com informais, seguro com inseguro, protegido com desprotegido, entre outros. Assim,

Essas consequências no interior do mundo do trabalho evidenciam que, sob o capitalismo, não se constata o fim do trabalho como medida de valor, mas uma mudança qualitativa, dada, por um lado, pelo peso crescente da sua dimensão mais qualificada, do trabalho multifuncional, do operário apto a operar com máquinas informatizadas. Por outro lado, pela intensificação levada ao limite das formas de exploração do trabalho, presentes e em expansão no novo proletariado, no subproletariado industrial e de serviços, no enorme leque de trabalhadores que são explorados crescentemente pelo capital, não só nos países subordinados, mas no próprio coração do sistema capitalista. (ANTUNES, 2010, p. 199).

Concebemos, o trabalho como categoria insuprível, pois ela como sendo o intercâmbio entre homem e natureza, é motor de todas as atividades humanas, uma vez que ele é quem cria valores de uso, coisas socialmente úteis e necessárias.

A sociabilidade dos homens é constituída pelo trabalho, e por este se desenvolve as mediações entre os seres sociais e destes com a sociedade, cuja se denominam as práxis sociais. Portanto, o fim do trabalho jamais seria possível numa sociedade onde o próprio trabalho lhe fundou.

## **CAPÍTULO 2- O SERVIÇO SOCIAL ENQUANTO ESPECIALIZAÇÃO DO TRABALHO**

### **2.1 O assistente social inscrito na divisão sócio-técnica do trabalho**

É mister que a emergência do Serviço Social como profissão está intimamente relacionada com o desenvolvimento do sistema capitalista, mais especificamente no transito do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista. Neste último, também denominado de estágio imperialista, ocorre uma série de mudanças em níveis econômicos, políticos, sociais e históricos, que conseqüentemente irá redimensionar e aprofundar as contradições da ordem burguesa, ao passo que serão necessárias novas mediações que assegurem seu desenvolvimento e sua dinâmica imanente.

. O capitalismo se consolida com a tendência de investir no exterior através de políticas neocolonialistas, pois o mesmo na sua fase monopólica eleva a “contradição elementar entre a socialização da produção e a apropriação privada: internacionalizada a produção, grupos de monopólios controlam-na por cima de povos e estados”. (NETTO, 2005, p. 24).

Neste sentido, no âmbito do capitalismo monopolista instaurou-se um fim pioneiro, expandir cada vez mais o acúmulo de capital. Para tanto, será preciso estimular os superlucros, e assim o faz ao apostar na livre concorrência, no controle dos mercados, na fusão de empresas, bem como nas inovações tecnológicas. Fica patente que,

Ao modelo universalista de implantação e desenvolvimento dos monopólios mesclam-se as peculiaridades que se inserem nas possibilidades de expansão da classe burguesa (...) combina-se um estado interventor; aos princípios gerais da organização científica do trabalho aliam-se interesses patronais específicos e resistência da classe trabalhadora. É deste amálgama que se constitui e se nutre a racionalidade do capitalismo monopolista no Brasil, tornando necessária a adoção de procedimentos conciliatórios. (GUERRA, 2011, p. 126).

Cabe frisar que na era dos monopólios o estado será chamado a intervir na perspectiva de preservar as “condições externas da produção capitalista”, como também terá que além de cumprir sua função política relaciona-la com as funções

econômicas. Dito de outro modo, o estado é responsável por desempenhar uma série de funções que dê condições para o capital se desenvolver, no sentido de preservar e assegurar os objetivos econômicos do bloco no poder – a burguesia. Isso demonstra que o “estado funcional ao capitalismo monopolista é, no nível de suas finalidades econômicas o “comitê executivo” da burguesia monopolista – opera para proporcionar o conjunto de condições necessárias à acumulação e a valorização do capital”. (NETTO, 2005, p. 26). Isto se dá porque,

A exploração abusiva a que é submetido – afetando sua capacidade vital – e a luta defensiva que o operariado desenvolve aparecerão, em determinado momento, para o restante da sociedade burguesa, como uma ameaça a seus mais sagrados valores, “a moral, a religião e a ordem pública”. Impõe-se, a partir daí, a necessidade do controle social da exploração da força de trabalho. A compra e venda dessa mercadoria especial sai da pura esfera mercantil pela imposição de uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho através do estado. (IAMAMOTO, 2011, p. 134).

Com isso, o Estado é o responsável por preservar e controlar a força de trabalho incessantemente, no âmbito da produção e da reprodução social, para tanto ele se legitima ao institucionalizar direitos sociais. Entretanto este papel intervencionista que cumpre ao estado burguês é entendido ao passo que ocorre um aumento das lutas e reivindicações da classe trabalhadora, colocando em xeque a ordem político-econômica do monopólio.

Em função disso, é que o estado reconhece e passa a intervir nas refrações da “questão social”, esta fundamentalmente vinculada ao conflito entre capital e trabalho, gera uma tensão entre aqueles que são donos dos meios de produção e os que vendem a sua força de trabalho. Na produção e apropriação da riqueza gerada socialmente, os trabalhadores produzem a riqueza e o capitalista se apropria dela, este antagonismo se expressa na condição degradante do pauperismo da classe trabalhadora, em paralelo ao crescimento e aumento da riqueza da burguesia. Assim,

É que o capitalismo monopolista, pelas suas dinâmicas e contradições, cria condições tais que o estado por ele capturado, ao buscar legitimação política através do jogo democrático, é permeável a

demandas das classes subalternas, que podem fazer incidir nele seus interesses e suas reivindicações imediatos. E que este processo é todo ele tensionado, não só pelas exigências da ordem monopólica, mas pelos conflitos que faz dimanar em toda a escala societária. (NETTO, 2005, p. 29).

Concordando com Iamamoto (2010, p. 160) “É importante lembrar que foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública”, o que sem dúvida irá exigir uma interferência do Estado na mesma, através das políticas sociais. Esta terá uma funcionalidade específica manter e controlar a força de trabalho pela administração das sequelas da “questão social”, buscando o consenso dos trabalhadores e a legitimação da ordem monopólica, as políticas sociais asseguram as condições adequadas para o desenvolvimento da mesma. Assim “a hegemonia burguesa não pode basear-se apenas na coerção, necessitando estabelecer mecanismos de integração e controle”. (IAMAMOTO, 2011, p. 141).

É nestes marcos que o Estado Vargas incorpora as demandas históricas da classe operária, reconhecendo a cidadania social desta o mesmo implementa a legislação social, que se configura enquanto um conjunto de medidas de “amparo e proteção” para a classe trabalhadora, instituindo a legislação trabalhista, a previdenciária, a sindical, como também o salário mínimo. Entendemos que a oferta dos serviços são repassados através do discurso da doação, o que demonstra a face paternalista do estado burguês.

A rigor, entendemos que a institucionalização do serviço social enquanto profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho é resultante do reconhecimento da “questão social” pelo estado e da consequente intervenção por meio das políticas sociais, bem como pelas instituições prestadoras de serviços sociais e assistenciais. É nestes marcos que se coloca a necessidade de um profissional especializado para atuar no trato as demandas engendradas pelo desenvolvimento do capital. Assim a criação de um mercado de trabalho para assistentes sociais se dá em circunstâncias sócio-históricas determinadas. Neste sentido,

Decorrentemente, diversas modalidades de ação social passaram a sofrer alterações substanciais; mudada a perspectiva de sua função, reservam-se para elas – e este é o caso do serviço social – certas tarefas que requisitavam níveis especiais de preparação. Note-se que não se ergue, sobre as formas prévias de serviço social, uma nova e moderna modalidade de ação que suprime as anteriores – as formas de ação social não emergem ou sucumbem segundo a vontade de seus agentes; ao contrário, são objetivações da situação social prevalecente, expressando, à sua maneira, as características das sociedades onde se articulam novas relações de produção. (CASTRO, 2007, p. 38).

Para Netto (2005) o Serviço Social não se cria a partir do nada, daí a relação de continuidade que a profissão assume, apresentada na continuação de práticas de cunho filantrópicas, caritativas e assistencialistas, baseadas em pressupostos conservadores, estes novos agentes capturado pelo estado burguês passa a reconfigurar as práticas em favor de uma ideologia que permite a aceitabilidade da ordem estabelecida. No entanto, paralelamente a relação de continuidade existe a relação de ruptura que é determinante para a profissionalização do serviço social, nesta a intervenção se dá no desempenhar de funções executivas em políticas sociais, ou seja, a intervenção desloca-se do âmbito da vontade de seus agentes para um nível em que as ações desempenhadas por eles fogem de seu controle e de sua intenção.

Entretanto, vale ressaltar que o mercado de trabalho para os assistentes sociais, não é propiciado pelas modificações ocorridas no interior de suas práticas, pelo contrário estas mudanças sinalizam a própria construção de um mercado de trabalho que demanda a intervenção deste profissional, uma intervenção que à medida que se afasta de suas protoformas encontra o caminho da sua profissionalização, bem como da sua inserção na divisão social e técnica do trabalho. Como atesta Castro,

O serviço social – como qualquer outra atividade profissional – não tem a faculdade de se autodeterminar nem de, por si mesmo, fixar o efeito qualitativo da sua prática. As práticas profissionais, quaisquer que sejam, tem que ser inseridas no movimento geral das relações entre as classes e visualizadas como expressão de seus interesses, organizando respostas distintas à contradição que existe entre elas. (CASTRO, 2007, p. 43).

Assim o que marca a profissionalização do serviço social é o fato de que estes novos agentes profissionais irão desempenhar papéis em instâncias ou instituições

diferenciadas das quais originaram as protoformas dessa atividade específica. Como também os impulsos do trabalho deixam de ser moral e ético, passando a se constituir dentro das relações de mercado, mesmo que os agentes não rompam com os ideais da Igreja Católica. Considera-se que,

O trabalho do assistente social se insere numa relação de compra e venda de mercadorias em que sua força de trabalho é mercantilizada. Aí se estabelece uma das linhas divisórias entre a atividade assistencial voluntária, desencadeada por motivações puramente pessoais e idealistas, e a atividade profissional que se estabelece mediante uma relação contratual que regulamenta as condições de obtenção dos meios de vida necessários à reprodução desse trabalhador especializado. (IAMAMOTO, 2011, p. 92).

O assistente social inscrito nas relações de mercado se submete a relação de assalariamento. Nesta relação tem-se a mudança do significado sócio-histórico de sua prática, onde as práticas não se fazem por benemerência, solidariedade, amor ao próximo, elas se fazem pela necessidade do agente profissional vender sua força de trabalho no mercado. Assim, há uma ruptura entre os paradigmas em que se estabelecem as práticas, ocorre uma mudança no perfil do assistente social ao passo que ele refuncionaliza suas ações e atribui novos sentidos a seu fazer nas relações sociais.

Isso autoriza concluir que a profissionalização do serviço social não significa a mera evolução da assistência, nem a organização da filantropia. Para Castro (2007, p. 40) “(...) reforçar esta linha interpretativa equivale a superestimar a iniciativa pessoal, desvinculando-a do conjunto de determinações que a contextualiza e viabilizam”, por isso patenteamos que a profissionalização dos agentes sociais está intrinsecamente relacionada à dinâmica da ordem instaurada pelo capitalismo monopolista. Dessa forma,

A profissionalização do serviço social não se relaciona decisivamente à “evolução da ajuda”, à “racionalização da filantropia” nem à “organização da caridade”; vincula-se à dinâmica da ordem monopólica. É só então que a atividade dos agentes do serviço social pode receber, pública e socialmente, um caráter profissional: a legitimação (com uma simultânea gratificação monetária) pelo desempenho de papéis, atribuições e funções a partir da ocupação de um espaço na divisão social (e técnica)

do trabalho na sociedade burguesa consolidada e madura; só então os agentes se reproduzem mediante um processo de socialização particular juridicamente caucionada e reiterável segundo procedimentos reconhecidos pelo Estado. (NETTO, 2005, p. 73).

Compreendemos que na segunda metade da década de 1930 e início dos anos 1940, o assistente social será chamado a intervir na execução das políticas sociais, para isso faz-se preciso as mediações institucionais no intuito de solucionar problemas sociais, demandas dos subalternizados e da classe trabalhadora. É sabido que a ação desenvolvida pelo profissional busca a integração e controle social dos que interferem no bom andamento do sistema, assim o conjunto dos trabalhadores significam uma ameaça aos valores burgueses.

Todavia, o serviço social além de cumprir a função de adequar e ajustar a força de trabalho à lógica do capitalismo monopolista funciona também como meio para produzir o aumento da produtividade do trabalho, a partir da maior exploração do mesmo. Dessa forma, o estado irá requisitar o profissional, que mediante a utilização de recursos técnicos iria sanar as disfuncionalidades que molestavam a sociedade, pondo em risco a ordem do capital. Portanto “impõe-se a necessidade de o capital articular mecanismos preventivos e de manipulação que, sob a forma de cuidados às necessidades dos trabalhadores, facilitam as condições para a sua reprodução”. (CASTRO, 2007, p. 46). Com efeito,

O vínculo entre a força de trabalho do assistente social e o capital não se realiza de maneira direta. Essa relação é mediatizada pelo Estado: a interpolação do Estado engendra uma representação fetichizada da posição que o assistente social ocupa no mercado de trabalho, já que a requisição pelo trabalho profissional aparece como uma demanda do Estado e não do capital. Ao ter assegurado seu espaço de atuação na implantação e implementação dos serviços sociais e assistenciais, o profissional não percebe a posição que concretamente ocupa na divisão social e técnica do trabalho. (GUERRA, 2011, p. 155).

Como sabemos o Serviço Social é uma profissão de cunho liberal, contudo os assistentes sociais não dispõem de condições materiais e técnicas para que sua prática se dê de modo autônomo ou mesmo controlada por seus agentes, uma vez que historicamente as intervenções deste profissional são mediatizadas pelo estado, este se

configura como “um dos maiores empregadores de Assistentes Sociais no Brasil”. (IAMAMOTO, 2011, p. 87).

Com efeito, percebemos uma contradição gerada na prática do assistente social, cuja se expressa na paralela relação em que os trabalhadores são o alvo de suas intervenções, ou seja, eles quem recebem os serviços, mais estes são impostos pelos capitalistas que requisitam a atuação deste profissional. Dessa forma, visualizamos que o trabalho deste profissional se restringe ao cumprimento de normas institucionais, uma vez que os serviços são prestados de forma isolada e fragmentados em defesa da ordem conservadora e dominante.

Todavia, o assistente social passa a utilizar práticas de adaptação e ajustamento social, baseadas em uma visão focalista e superficial em relação ao problema. Assume um perfil mais burocrático, ao passo que seu exercício se limita a atividades administrativas, estas atendem apenas ao controle institucional da indústria, visando assegurar o bom funcionamento da mesma, bem como corrigir as falhas dos operários. “Esta perspectiva integradora, por sua vez só pode ser sustentada por um “paradigma” que pela via de procedimentos burocráticos, autonomiza os aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais dos fatos, fenômenos e processos sociais” (GUERRA, 2011, p. 136). Para tanto,

O assistente social é chamado a constituir-se no agente institucional de “linha de frente” nas relações entre a instituição e a população, entre os serviços prestados e a solicitação dos interessados por esses mesmos serviços. A estas atividades é acrescida outra característica da demanda: a ação de persuadir, mobilizando o mínimo de coerção explícita para o máximo de adesão. (IAMAMOTO, 2011, p. 121).

O trabalho do assistente social será responsável por favorecer as manifestações normais do organismo social, no intuito de facilitar a integração e a harmonia social, curar e prevenir as doenças sociais, harmonizar os conflitos de classe encontrando um equilíbrio social, administrar racionalmente os conflitos e humanizar as relações industriais. Contudo as práticas do mesmo tinham como objetivo central barrar o movimento operário, uma vez que elas não tinham perspectivas de mudança ou revolução social. (DANTAS, 1991).

Com a importação das técnicas Norte-Americanas o fazer do assistente social se desenvolve a partir dos métodos de caso, grupo e comunidade. Conforme Dantas (1991) e Aguiar (1995) O serviço social de caso se refere a uma prática centrada no indivíduo, guiada pela teoria psicanalista tem como princípio o respeito à personalidade do cliente. O método de grupo tem como orientação a teoria funcionalista, consubstancia-se numa prática funcional ao sistema, pois está voltada para a integração do indivíduo ao meio social; o objetivo desta técnica era o desenvolvimento do indivíduo por meio do grupo. O serviço social de comunidade também com influencia do funcionalismo volta-se para a prática dos assistentes sociais em desenvolvimento e organização de comunidade, valorizam-se os conceitos que explicam os processos ocorrentes na comunidade como sistema social: processo de interação, de cooperação, de esforço próprio e de iniciativa. Destacam-se como objeto da prática dos assistentes sociais os processos sociais presentes na comunidade.

Com o término da Segunda Guerra Mundial em 1945, os Estados Unidos saem vitoriosos da guerra o que lhes confere um grande respaldo mundial, conseqüentemente o Brasil não ficará à margem desse processo, ele sofrerá diversas inflexões do país que se auto declarou líder do mundo – EUA. Para tanto o principal objetivo estadunidense centra-se em expandir o capitalismo para o mundo, e o fará no Brasil através da política desenvolvimentista que se fortalece no governo de Juscelino Kubitschek entre 1956 e 1960.

A política desenvolvimentista articulada ao desenvolvimento de comunidade provocou uma expansão da demanda por assistentes sociais, uma vez que este profissional experimentou uma etapa de revalorização que lhe atribuiu novas responsabilidades e lhe conferiu uma melhor posição no interior de administrações públicas. (AGUIAR, 1995).

A função principal desses agentes era processar por todos os meios ao seu alcance, o estabelecimento de uma relação apropriada com a comunidade, usando a sua habilidade de manipulação das relações humanas, valendo-se de modo a instaurar relações amistosas com os habitantes. Tanto é que o serviço social é concebido como instrumento no processo de desenvolvimento de comunidade, isso porque os assistentes sociais tinham uma visão acrítica da realidade e enxergava a comunidade

como uma unidade consensual sem contradições e porque defendia os interesses da classe dominante. (AGUIAR, 1995).

Em 1º de abril de 1964 eclodiu o Golpe Militar, que se caracterizou pela tomada do poder pelos militares e tecnocratas, um governo antidemocrata, repressivo, violento e contra as expressões políticas, “cassa partidos, suspende direitos políticos, castiga cruelmente intelectuais, políticos e trabalhadores em geral, proibindo qualquer mobilização por parte da sociedade” (MESTRINER, 2008, p. 152).

Sob influência política, ideológica e histórica da Ditadura Militar no Brasil, o Serviço Social passa por modificações bastante expressivas, comparável apenas ao período de sua emergência como profissão, essas modificações englobam tanto o campo da prática como da formação profissional. Para Netto (2009), esse processo de “Renovação” do Serviço Social acontece a partir das novas demandas e requisições postas tanto pela expressiva ampliação do mercado de trabalho e sua funcionalidade para os interesses da ditadura, quanto pela entrada do serviço social no âmbito universitário, exigindo a formação de novos quadros docentes e intelectuais.

Desse modo, foi a partir do circuito com a universidade que a formação de novos quadros permitiu o acúmulo de uma “massa crítica”, ou seja, assistentes sociais intelectualmente comprometidos criticamente com a ultrapassagem do modelo ditatorial. Contraditoriamente a esses processos que foram em larga medida capturados e influenciados pela “autocracia burguesa”, gesta-se também o conteúdo profissional que conformaria, nas décadas seguintes, o projeto ético político do serviço social, resultado de uma virada teórico-metodológica e política profunda, que rompe com os influxos conservadores na profissão.

No plano do mercado de trabalho e na prática profissional, muitos traços são destacados, dentre eles, as exigências de um profissional qualificado teórica e metodologicamente para assumir espaços ocupacionais burocratizados e racionalizados, formatados institucionalmente segundo a lógica positivista do Estado burguês. Esta determinação implicou como resultante uma contribuição para a erosão do Serviço Social tradicional, marcado pelo paroquialismo, confessionismo e humanismo cristão abstrato. Diante esse momento a profissão necessitará de fundamentos teóricos não mais religiosos. Esses eventos contribuíram para o processo

de renovação do serviço social lançando as bases do chamado movimento de reconceituação. (NETTO, 2009).

O Movimento de Reconceituação resulta de desdobramentos e explicitação das seguintes vertentes: a vertente modernizadora – modernização conservadora, esta incorpora abordagens funcionalistas e positivistas. Nesta as práticas dos assistentes sociais giravam em torno da melhoria do sistema através do desenvolvimento social e do enfrentamento da marginalidade e da pobreza na perspectiva da integração da sociedade (YAZBEK, 2009); A vertente de reatualização do conservadorismo – baseada na fenomenologia resgata os traços mais retrógrados e tradicionais da profissão, consubstanciando-se numa atuação microscópica, individualizante e acrítica; e a vertente de intenção de ruptura, assentada na teoria marxista remete a profissão à consciência de sua inserção numa sociedade de classes. Tinha como objetivo elaborar e formular um novo projeto profissional, este gerado a partir de uma crítica radical profunda, tanto teórico-política quanto metodológica ao tradicionalismo profissional. (NETTO, 2009).

Para tanto, ocorrerá uma mudança no serviço social do ponto de vista teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, a qual inicia-se a partir da década de 1980 com a obra de Yamamoto e Carvalho (1982) possibilitando a inserção do serviço social na produção e reprodução das relações sociais, bem como alastrando a teoria social crítica de Marx para a categoria dos assistentes sociais, o que irá sem dúvida redimensionar o trabalho profissional.

Com efeito, a partir de 1980 inicia-se o período de “abertura democrática” tendo em vista as pressões exercidas pelas massas, operários, estudantes, intelectuais e por diversas instituições da sociedade civil, que clamavam por mudanças urgentes na sociedade Brasileira. Com efeito, estes movimentos sociais inauguram o período de redemocratização do país, que irá se efetivar mais adiante com a Constituição de 1988.

Portanto foi o avanço da reflexão em torno da adequação às exigências conjunturais que o serviço social se propõe a adotar o método dialético, este lhe permitiu ampliar a concepção de realidade social, uma vez que coloca o homem como sujeito histórico e se reconhece no contexto da coleção de forças antagônicas da sociedade capitalista, daí em diante a prática profissional busca estabelecer um vínculo

político-ideológico com o projeto da classe trabalhadora, desmitificando a suposta neutralidade profissional. (YASBEK, 2009). Todavia,

O que fundamentalmente caracteriza a transformação são as lutas, os conflitos, em que se nega a sociedade presente, em que as forças se opõem, projetando-se novas relações sociais. (...) a superação da dominação e da exploração não é o movimento ideal, mas surge das contradições da realidade existente. Compreender esse processo de negação e criação é função duma lógica da libertação. (...) A libertação é um processo histórico, inserido e dependente das lutas sociais das classes subordinadas. É nessas lutas que se cria, o projeto que, dialeticamente, orienta a luta pela transformação da sociedade. (FALEIROS, 2007, p. 69).

Assim as práticas do assistente social são embasadas por um caráter de superação e de construção do novo, ao passo que se coloca como horizonte da mesma o movimento de transformação da própria realidade. Dessa forma o profissional deve está qualificado para conhecer a realidade social, política, econômica e cultural com a qual trabalha, para que possa enxergar a dinâmica da sociedade além dos fenômenos aparentes, buscando compreender sua essência, seu movimento e as possibilidades de construção de novas possibilidades profissionais.

É na sistematização da sua prática e na mediação, que o assistente social tem condições de traçar um direcionamento de forma crítica e não alienada a partir de seu projeto ético-político possibilitando desta forma uma ação transformadora, na medida em que as mediações profissionais contribuam às lutas da classe trabalhadora em oposição à classe dominante, portanto, elas devem contribuir para o processo de libertação.

## **2.2 O paradoxo entre as condições de trabalho do assistente social e o projeto ético político da categoria profissional**

Na década de 1980 os profissionais de Serviço Social iniciam a busca por referências teórico-metodológicas o que implica novas perspectivas para a prática e

para formação dos assistentes sociais. Esta postura se coloca ao passo que a categoria profissional compartilha de uma nova ideologia, qual seja, romper com a pretensa neutralidade se posicionando a favor dos interesses da classe trabalhadora.

Todavia, a formação profissional dos assistentes sociais no embate com o capitalismo contemporâneo tende a ser alvo de novas exigências. Isto se dá em virtude dos processos que lançam a globalização da economia, da crise econômica em âmbito mundial, da reestruturação produtiva e do neoliberalismo. Este último se alastra no Brasil nos anos 1990, e tem como principais finalidades deslocar as funções do estado, privatizar o patrimônio público e consolidar o sistema capitalista.

No contexto em que o estado se desresponsabiliza pelo comando das políticas sociais públicas, a educação superior passa a ser mercantilizada pelo setor privado, onde o objetivo é adequar o sistema educacional aos anseios do capital em crise, a universidade pública é substituída pela lógica do mercado, de modo que “(...) coagida a gerar seu próprio financiamento, a universidade pública passa a disputar recursos no mercado como qualquer outra empresa”. (KOIKE, 2009, p. 205).

Essa lógica vem trazendo graves consequências para o ensino superior em serviço social, cuja expansão desordenada do mesmo tem provocado à revalorização de práticas conservadoras a partir da construção de um profissional adequado e funcional ao contexto histórico atual. Dessa forma, “o crescimento exponencial do contingente profissional, a curto prazo, traz sérias implicações para o exercício profissional e para a relações de trabalho e condições salariais por meio das quais ele se realiza.” (IAMAMOTO, 2010, p. 440). Sendo assim,

É dentro dessa lógica de precarização e a banalização da oferta que surgem os cursos a distância, que não se destacam pela utilização de novas tecnologias, senão pelo uso de material sucateado e de má qualidade, comprometendo inteiramente o perfil de profissional que se deseja. (GUERRA, 2010, p. 728).

A partir dessas considerações entendemos a importância de salientar que mesmo o processo de formação profissional erigido sob bases mercadológicas, não se pode ignorar a necessidade dessa mesma formação construir um perfil profissional

comprometido com a materialização do projeto ético político erguido pela categoria profissional nos últimos anos.

Todavia, o projeto profissional deve apontar para o horizonte de uma nova sociabilidade, onde prevaleçam valores democráticos de aprofundamento da cidadania, de ampliação da liberdade, autonomia e emancipação humana, visando uma sociedade mais justa e igualitária, uma transformação societária.

A periodização do projeto ético político do serviço social, é datado a partir de sua gênese nos anos 1970, sob os influxos do Movimento de Reconceituação e especificamente pela vertente da intenção de ruptura, acompanhado pelo Congresso da Virada (1979) e pelo processo de redemocratização do país. Nos anos 1980, o projeto avança com o Código de Ética de 1986, este assume a interlocução com os interesses da classe trabalhadora e com a produção teórica pelos assistentes sócias. Na década de 1990 o projeto profissional encontra a maioria dos seus agentes, através da ampliação da pós-graduação, da maturidade político-organizativa expressas pelas entidades profissionais. (TEIXEIRA e BRAZ, 2009)

No entanto, Netto (2008) acrescenta que a hegemonia do projeto ético-político encontra-se ameaçada uma vez que ele se apresenta contrário ao projeto da sociedade hegemônico, ou seja, o projeto neoliberal, pois este prima pela liquidação dos direitos sociais, pela privatização do Estado, pelo sucateamento dos serviços públicos como também pela implementação sistemática de uma política macroeconômica que penaliza a massa da população e inclusive a classe trabalhadora.

Não obstante, a formação profissional do assistente social deve possibilitar ao mesmo a capacidade de conhecer a realidade social em sua totalidade, consubstanciando numa prática que articule as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, imprimindo a ela uma visão crítica dos processos sociais, orientando-as para a transformação do real.

Portanto, é através dessa apropriação da realidade que o profissional se coloca frente às alterações postas nos espaços sócio institucionais, uma vez que estes apresentam novas demandas e requisições. Estas resultam de um lado, pelas ações do setor privado e do terceiro setor, e de outro pela implementação das políticas sociais pela via do primeiro setor, ou do Estado. Assim “(...) intensificam-se as parcerias e

transferências de responsabilidades públicas para as iniciativas da sociedade civil, de repasse da prestação de serviços para organizações não governamentais, empresariais” (RAICHELES, 2009, p. 384). Todavia,

A mundialização do capital tem profundas repercussões na órbita das políticas públicas, em suas conhecidas diretrizes de focalização, descentralização, desfinanciamento e regressão do legado dos direitos do trabalho. Ela também redimensiona as requisições dirigidas aos assistentes sociais, às bases materiais e organizacionais de suas atividades, e as condições e relações de trabalho por meio das quais se realiza o consumo dessa força de trabalho especializada. (IAMAMOTO, 2009, p. 26).

Como atesta Raicheles (2009), a reestruturação produtiva também atinge o trabalho do assistente social, visualiza-se a diminuição dos postos de trabalho no âmbito federal e estadual, e em contrapartida a ampliação dos postos na área municipal, em consequência dos processos de descentralização dos serviços públicos. Observa-se também a contratação de serviços individuais desses profissionais, a exemplo tem-se o trabalho por projeto e por tarefa, requisitados pelas empresas de serviço e de assessoria.

Conforme lamamoto (2010) o assistente social é duplamente atingido pelas inflexões do mundo do trabalho, de um lado por ser um trabalhador assalariado imprime a precarização e flexibilização de suas condições de trabalho, expressas na terceirização, no trabalho informal, nos contratos de trabalho, no trabalho polivalente e multifuncional e no desemprego. Por outro lado é atingido por ser um profissional que trabalha no âmbito da viabilização e defesa dos direitos sociais, direitos estes que são constantemente negados por um estado mínimo neoliberal que se coloca a favor dos interesses do capital e não do trabalho. Assim:

Essa dinâmica de flexibilização/precarização atinge também o trabalho do assistente social, nos diferentes espaços institucionais em que se realiza, pela insegurança do emprego, precárias formas de contratação, intensificação do trabalho, aviltamento dos salários, pressão pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, ausência de políticas de capacitação profissional, entre outros. (RAICHELIS, 2011, p. 422).

Fica patente, que o trabalho do assistente social sofrerá todas as mudanças lançadas ao mundo do trabalho na contemporaneidade, pois, a força de trabalho deste profissional é sujeita as condições impostas pela relação de assalariamento, ou seja, relações de compra e venda que se estabelece com seus empregadores. Estes condicionam a prática ao passo que delimitam a autonomia profissional uma vez que “(...) determinam as necessidades sociais que o trabalho do assistente social deve responder; interferem nas condições em que se operam os atendimentos assim como os seus efeitos na reprodução das relações sociais”. (IAMAMOTO, 2010, p. 215).

Contudo, o profissional necessita de meios e instrumentos, ou seja, condições necessárias para objetivação do seu trabalho. Estas condições devem ser colocadas a disposição do mesmo pelos empregadores, quais sejam: Estado, organizações privadas, organizações não governamentais, fundações entre outros.

Dessa forma, o serviço social sendo uma “profissão liberal” regulamentada pelos estatutos legais e éticos o que imprime ao exercício profissional uma autonomia para a execução do mesmo, não implica dizer que o trabalho do assistente social esteja “livre” de exigências por parte de seus empregadores, muito pelo contrário eles estão suscetíveis às condições impostas pelo empregador, é exemplo disso a intensidade que o trabalho se realiza, jornada, salário, controle do trabalho, índices de produtividade. Assim o empregador estabelece as condições para realização desse trabalho. Vale ressaltar que,

O assistente social, ao ingressar no mercado de trabalho – condição para que possa exercer a sua profissão como trabalhador assalariado – vende sua força de trabalho: uma mercadoria que tem um valor de uso, porque responde a uma necessidade social e um valor de troca expresso no salário. O dinheiro que ele recebe expressa a equivalência do valor de sua força de trabalho com todas as outras mercadorias necessárias a sua sobrevivência material que espiritual, (...) corresponde a um trabalho complexo que requer formação universitária. (IAMAMOTO, 2010, p. 217).

No entanto, entendemos que os espaços sócio ocupacionais lançam os limites à prática, uma vez que estabelecem as condições como esta força de trabalho é

processada, porém são nestes mesmos espaços que se encontram as possibilidades de objetivar as finalidades profissionais. Assim os espaços institucionais onde ocorre o fazer profissional dos assistentes sociais devem ser reconhecidos por eles como um lócus de contradições e de correlação de forças.

Neste sentido, o assistente social é desafiado cotidianamente a conhecer a vida dos indivíduos sociais singulares, aproximando as dimensões particulares e universais, através de múltiplas mediações com o real. Para tanto, faz-se necessário que o profissional esteja dotado de uma capacidade crítica que possibilite ao mesmo decifrar as múltiplas expressões da questão social. Mas verifica-se, uma “(...) tensão entre trabalho controlado e submetido ao poder do empregador, as demandas dos sujeitos de direitos e a relativa autonomia do profissional para perfilar o seu trabalho”. (IAMAMOTO, 2010, p. 354).

É a partir da autonomia que o profissional imprime uma direção social ao seu fazer, tornando possível redimensionar o conteúdo e as intenções da sua prática, divergentes dos resultados esperados por aqueles que requisitam este trabalho especializado. Para Teixeira e Braz (2009, p. 189), “ao atuarmos no movimento contraditório das classes, acabamos por imprimir uma direção social às nossas ações profissionais que favorecem a um ou outro projeto societário”. Assim sendo, a intervenção política e ideológica do assistente social indica uma finalidade específica que norteia a ação profissional, qual seja materializar o projeto profissional vinculado às demandas da classe trabalhadora.

Conforme Netto (2008), os projetos profissionais representam a auto-imagem de uma profissão, os mesmos são construídos pela categoria profissional através das entidades representativas do corpo profissional. Contudo o projeto profissional do serviço social é hegemônico mais não é homogêneo. No que tange a dimensão política do projeto profissional entendemos que:

A dimensão política do projeto é claramente enunciada: ele se posiciona a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania são explicitamente postas como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. Correspondentemente, o projeto se declara radicalmente democrático – considerada a democratização como

socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida. (NETTO, 2008, p. 16).

Vale ressaltar, que o projeto societário do serviço social, não está acabado ou mesmo consumado, ele está em constante aperfeiçoamento e transformação, então o mesmo depende do envolvimento da categoria profissional nos debates, eventos e discussões acerca da profissão na contemporaneidade, “esse projeto profissional é fruto da organização social da categoria e de sua qualificação teórica e política, construído no embate entre distintos projetos de sociedade” (IAMAMOTO, 2010, p. 224).

Neste sentido, o projeto é materializado através de três dimensões que se articulam, quais sejam: a dimensão da produção de conhecimentos no interior do serviço social, a qual tem uma orientação teórica baseada na teoria social crítica de Marx; a dimensão político-organizativa da categoria, expressa através das entidades representativas da profissão (CFESS, CRESS, ABEPSS, ENESSO); e a dimensão jurídico-política da profissão, esta envolve o conjunto de leis, resoluções, documentos próprios do serviço social (Código de Ética, Lei de Regulamentação).

Com efeito, a materialização do projeto depende também do compromisso dos próprios profissionais, uma vez que o projeto neoliberal trouxe e continua trazendo inflexões para o trabalho do assistente social, bem como para o seu projeto ético-político. Então o profissional deve,

Pensar o projeto profissional supõe articular essa dupla dimensão: a) de uma lado, as condições macro-societárias que tecem o terreno sócio-histórico em que se exerce a profissão, seus limites e possibilidades que vão além da vontade do sujeito individual; b) e, outro lado, as respostas de caráter ético-político e técnico-operativo – apoiadas em fundamentos teóricos e metodológicos – de parte dos agentes profissionais a esse contexto. Elas traduzem como esses limites e possibilidades são apropriados, analisados e projetados pelos assistentes sociais. O exercício da profissão exige, portanto um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. (IAMAMOTO, 2008, p. 171).

Portanto, torna-se imperativo para o serviço social construir coletivamente estratégias para que os fundamentos que orientam seu projeto sejam apreendidos e aprofundados pelos profissionais em geral, para tanto é necessário e urgente garantir a interlocução com os movimentos sociais que lutam em defesa da classe trabalhadora, desse modo será mantida a direção hegemônica do projeto na categoria profissional.

Para tanto, faz-se necessário que os assistentes sociais coloquem a prova sua capacidade analítica e propositiva nos diferentes espaços ocupacionais em que a prática se desenvolve. Assim são desafiados a intervir de modo crítico e criativo, necessitando de novas qualificações e capacitação teórica e técnica, bem como a investir no trabalho compartilhado com outros profissionais, ou seja, no trabalho interdisciplinar. (RAICHELIS, 2009).

Trilhar da análise da profissão ao seu efetivo exercício supõe articular projeto de profissão e trabalho assalariado; ou o exercício da profissão nas condições sociais concretas de sua relação mediada pelo estatuto assalariado e por projeções coletivas profissionais integradas ao horizonte coletivo das classes trabalhadoras na luta pela conquista e ampliação de direitos como estratégia contra-hegemônica. (IAMAMOTO, 2010, p. 230).

Nesta perspectiva os profissionais não devem justificar os limites colocados a prática pelo projeto neoliberal como uma imposição ao exercício profissional, pelo contrário, o assistente social deve se instigar com tais condições para propor novas estratégias que consigam materializar o seu projeto ético-político profissional, para isso o mesmo precisa se comprometer com os valores de um serviço social crítico e transformador.

## **CAPÍTULO 3- REFLEXÕES ACERCA DAS CONDIÇÕES COTIDIANAS DE TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS INSERIDOS NA POLÍTICA DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE MISSÃO VELHA-CE**

### **3.1 A assistência social inscrita na perspectiva do direito**

A assistência social referenciada enquanto direito só é visualizada com a promulgação da Carta Constitucional de 1988. Esta é reflexo das pressões exercidas pelas massas, estudantes, intelectuais, bem como pelas reivindicações das diversas instituições da sociedade civil, que clamavam por mudanças urgentes na sociedade brasileira.

A Constituição de 1988 estabelece novos traços à assistência social, no intuito de superar suas características conservadoras recentes, quais sejam práticas assistencialistas ligadas ao clientelismo político, como também ações de cunho filantrópico, caritativo vinculado a noções de solidariedade e voluntarismo.

Com efeito, a Constituição Federal de 1988 reza no Art. 203 que “A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social” (BRASIL, 1988). Dessa forma, a assistência social passa a integrar a seguridade social, assim como a previdência e a saúde, o que imprime a ela um novo status, a de política social pública. Neste sentido:

A assistência social, pela primeira vez em sua história, foi erigida como uma das três instituições políticas fundamentais da seguridade social, ao lado da saúde e da previdência social. Esse fato expressa a superação do conceito de assistencialismo, da filantropia e da benemerência social, para a profissionalização da atividade pública não somente no atendimento às necessidades básicas da população pobre e carente, como e, sobretudo no processo de reinserção social, pela reconstituição das relações familiares, pela habilitação e reabilitação profissional e por programas e projetos de enfrentamento da pobreza. (SIMÕES, 2009: 172).

Todavia, será conquistada a partir da Carta de 1988 uma “Constituição- cidadã” ao ampliar os direitos de cidadania, consubstancia-se numa nova legislação social que

prevê a assistência social enquanto política pública, na perspectiva de direito do cidadão e dever do estado garantir o mesmo.

Para regulamentar os artigos 203 e 204 da Constituição de 1988 é aprovada em dezembro de 1993 a Lei nº 8.742 – Lei Orgânica da Assistência Social, que extingue o CNSS e cria o CNAS. Vale destacar as diretrizes da LOAS:

I - descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo; II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis; III - primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo. (BRASIL, 1993, p. 04)

Em contrapartida no governo de FHC ocorre o aprofundamento do neoliberalismo no Brasil, esse advento irá propiciar a não efetivação dos direitos sociais conquistados anteriormente na Constituição de 1988, visto que estes serão alvo de constante negação, privatização e mercantilização, desse modo a política social será retraída em face de um estado mínimo que defende o corte nos gastos sociais.

Neste contexto o Estado passa a incentivar as organizações do terceiro setor – ONG'S, Fundações e Organizações Filantrópicas. Sob o discurso ideológico da classe dominante, o mesmo se afasta de sua responsabilidade de provedor da sociedade civil, ou seja, das demandas sociais, justificando este seu afastamento pela crise fiscal e a consequente escassez de seus recursos, esta retirada do primeiro setor irá expandir a mercantilização dos serviços públicos, bem como a sua refilantropização pelo chamado “terceiro setor”. Iamamoto ilustra este percurso:

Por um lado, as múltiplas manifestações da questão social, sob a órbita do capital, tornam-se objeto de ações filantrópicas e de benemerência e de “programas focalizados de combate à pobreza”, que acompanham a mais ampla privatização da política pública, cuja implementação passa a ser delegada a organismos privados da sociedade civil, o chamado “terceiro setor”. (IAMAMOTO, 2010, p. 155)

Sitcovsky (2010), enfatiza que a reforma do Estado iniciada por FHC é aprofundada no Governo Lula, a exemplo é citado o Programa Fome Zero. Neste

governo houve um grande incentivo à assistência social através do aumento de Programas Sociais, no entanto estes ainda são marcados pelo perfil assistencialista e emergencial, Sitcovsky (2010, p. 158) nos esclarece que: “a afirmação da assistência social no Brasil, no campo dos direitos sociais e a sua recente expansão, vem sendo operada via programas de transferência de renda”.

O autor supracitado completa que o público alvo da assistência social são apenas aquelas pessoas que não tiverem suas necessidades atendidas pelo mercado, ou absorvidas pelo terceiro setor. Assim notamos o caráter seletivo, fragmentado e pulverizado assumido pela política social nos últimos anos.

Neste sentido, “as políticas sociais são concessões/conquistas mais ou menos elásticas, a depender da correlação de forças na luta política entre os interesses das classes sociais e seus segmentos envolvidos na questão” (BEHRING, 2009, p. 315). Então as políticas sociais são expressão de uma luta de interesses contrários, que são também uma estratégia para a reprodução do sistema.

Com a transformação do Ministério de Assistência Social no atual Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome em 23 de janeiro de 2004, passa a integrar nesse ministério a Secretaria Nacional de Assistência Social, implementa-se o SUAS – Sistema Único de Assistência Social e a gestão da Política Nacional de Assistência Social, tornando a assistência social um efetivo programa governamental. (SIMÕES, 2009).

Assim sendo a “(...) assistência social ganha destaque ao lado das demais políticas públicas, como uma estratégia privilegiada de enfrentamento da “questão social”, objetivando a diminuição das desigualdades” (MESTRINER, 2008, p. 187).

Por tudo isso temos em 2004 a aprovação da PNAS – Política Nacional de Assistência Social que segundo Mota (2010), “institui o SUAS define patamares de proteção social: a básica e a especial, de modo a garantir as seguintes seguranças: segurança de sobrevivência; acolhida e convívio ou vivência familiar.”, dessa forma a PNAS foi elaborada, aprovada e tornada pública, a fim de cumprir as deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em dezembro de 2003, objetivando materializar as diretrizes da LOAS.

Os eixos estruturantes do SUAS são: a matricialidade sócio familiar; a definição do território como lócus da descentralização; novas bases de pactuação entre Estado e Sociedade Civil; mecanismos de financiamento, controle social e participação popular, além de inúmeros quesitos que repercutem na política de recursos humanos. (MOTA, 2010, p. 191).

Todavia, a PNAS instituiu o SUAS definindo os dois patamares de proteção social, a básica e a especial, esta última se divide em média e alta complexidade. No que se refere à Proteção social básica são desenvolvidas atividades que visam a proteção dos vínculos familiares e comunitários no intuito de promover a qualidade de vida dos indivíduos que tem suas vidas atravessadas por fragilidades e vulnerabilidades sociais. Desse modo,

A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vivem em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). Prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada. (NOB – SUAS, 2005).

A proteção social especial visa prestar atendimento socioassistencial a famílias e indivíduos que estão em situação de vulnerabilidade ou risco social, em decorrência da violação de direitos. A proteção social especial subdivide-se em média e alta complexidade de acordo com a oferta dos serviços. O Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS é a instituição que materializa a proteção social de média complexidade.

A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. (NOB – SUAS, 2005).

A proteção social especial de alta complexidade é operada quando ocorre a violação dos direitos, bem como em decorrência do rompimento dos vínculos familiares e comunitários. Esta modalidade visa garantir proteção integral aos indivíduos que estão em situação de ameaça e sem referência.

Com efeito, “O SUAS materializa o conteúdo da LOAS, cumprindo no tempo histórico dessa política as exigências para a realização dos objetivos e resultados esperados que devem consagrar direitos de cidadania e inclusão social.” (NOB/SUAS, 2005).

No entanto, Boschetti (2009), afirma que todos os princípios erigidos pela Constituição de 1988 estão sendo desconsiderados, a exemplo da universalidade do direito, a uniformidade e equivalência dos mesmos, a gestão democrática e descentralizada tem sido fortemente desprezados. Para a autora, houve um intenso desmonte da seguridade social em nosso país devido às reformas operadas pelo neoliberalismo. Consideramos que:

Aqui cabe ressaltar dois aspectos contemplados com a instituição do SUAS: a possibilidade de superar a histórica cultura assistencialista brasileira, levada a efeito pelo patrimonialismo da classe dominante, cujos traços principais são a ideologia do favor, de ajuda, da dádiva, aliados às práticas fisiológicas e ao nepotismo; a outra refere-se à superação da ideologia da caridade e do primeiro-damismo através da criação de parâmetros técnicos e da profissionalização da execução da Assistência Social, como dão indícios as competências requeridas para a implementação proposta. (MOTA, 2010, p. 190).

Portanto, concordamos que houve avanços na Assistência Social nos últimos anos, uma vez que ela alcançou o status de política pública, enquanto direito do cidadão e dever do Estado, contudo não podemos esmorecer na luta para que estes direitos não sejam violados em favor do desenvolvimento do sistema capitalista, muito pelo contrário devemos como cidadãos livres em um Estado democrático reivindicar para que aqueles direitos sejam efetivados e operacionalizados cotidianamente.

Neste sentido, a Política Nacional de Assistência Social – PNAS do município de Missão Velha/ CE, é ofertada através de serviços, programas e projetos. Os mesmos são ofertados pela Secretária do Trabalho e Assistência Social, pelo CREAS e por dois CRAS e por todos os serviços que compõem a rede socioassistencial. Assim, o serviço

de convivência e fortalecimento de vínculos possui caráter preventivo e proativo, objetiva prevenir situações de risco social, através de troca de vivências individual e coletiva no sentido de construir uma identidade social emancipada.

Na Secretaria do Trabalho e Assistência Social funcionam os seguintes serviços e programas: Benefícios Eventuais, Programa Bolsa Família, Programa de Aquisição de Alimentos, Cozinha Comunitária dentre outros.

O CREAS é a unidade que se desenvolvem os seguintes serviços: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), Serviço especializado em abordagem social, serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida (LA) e de prestação de serviços à comunidade (PSC), serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias e serviço especializado para pessoas em situação de rua.

Os usuários da proteção social especial de média complexidade são indivíduos que tem seus direitos violados em situações de violência física, psicológica e negligência, violência sexual, abuso sexual, exploração sexual, exploração do trabalho infantil, violência patrimonial, abandono, mendicância dentre outras que impossibilitam os mesmos de usufruírem de seus direitos, de sua autonomia e bem estar social.

Assim a proteção social especial de média complexidade presta “Serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos”. (BRASIL, 2009). Com efeito, as ações desenvolvidas nesta modalidade buscam promover direitos através do fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais.

Todavia, a escolha deste universo onde se debruçou a pesquisa teve como objetivo analisar como se dá as condições de trabalho dos assistentes sociais que atuam nos espaços sócio ocupacionais que compõem a Política de assistência social da cidade de Missão Velha/ CE.

### 3.2 Procedimentos Metodológicos

A pesquisa foi realizada com as Assistentes sociais que atuam na política de assistência social do município de Missão Velha/CE, com o objetivo de conhecer as condições de trabalho dos mesmos e os rebatimentos destas para a materialização do projeto ético político do serviço social.

Vale ressaltar que a aproximação com a pesquisa se deu a partir da experiência de estágio I e II, a qual possibilitou uma vivência com a prática dos assistentes sociais em diferentes espaços integrantes da rede socioassistencial, me instigando a aprofundar e analisar melhor as condições em que este trabalho se materializa.

Esta pesquisa se vincula ao método materialista histórico dialético, de cunho Marxista, pois consideramos o tema em questão só pode ser estudado sob a perspectiva da teoria social crítica, uma vez que é imprescindível a análise daquela nos marcos da totalidade social e da categoria da mediação para entender o real.

Segundo Minayo (2010), o objeto das ciências sociais é histórico, onde se deve considerar os seres humanos, a sociedade e as ações dos mesmos na construção da própria história, para tanto é necessário que haja uma identidade entre sujeito pesquisador e objeto pesquisado, o primeiro vincula suas visões de mundo historicamente construídas a uma relação ideológica. Desse modo,

O método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto. Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando a estrutura e a dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou. (NETTO, 2009, p. 674).

Assim, o método é “o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, permite alcançar o objetivo, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista” (MARCONI e LAKATOS, 2005, p. 83).

No entanto, os métodos não se confundem com as técnicas. Pois, o método direciona a forma como o pesquisador enxerga a realidade. Conforme o método

Marxista, o real é pensado como uma síntese de múltiplas determinações que estão sempre em movimento, bem como, uma unidade de contraditórios, sendo assim conhecer significa compreender o real através da apreensão do mundo. Já as técnicas, são um conjunto de regras formuladas para o uso correto dos instrumentos, possibilitando a adequada aplicação dos métodos, assim a técnica deve ser adequada ao método, ou seja, os dois devem ser articulados, assim pressupõem uma ligação entre ambos. (SORIANO, 2004)

A natureza do trabalho se deu de modo qualitativo ao passo que percebemos que as condições de trabalho do assistente social e sua relação com o projeto profissional não pode ser explicada apenas por dados estatísticos, pois estes não apreendem a realidade social em suas dimensões históricas e totalizantes, estes últimos por sua vez, desvendam a intencionalidade das relações sociais. Todavia,

O método qualitativo é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produto das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam. (MINAYO, 2007, P. 57).

O objeto das ciências sociais é essencialmente qualitativo, pois considera a realidade tão importante quanto a teoria, os discursos e pensamentos que formamos a respeito da mesma. É por isso que se devem manifestar pelos processos sociais as expressões humanas em seus significados e representações.

A pesquisa foi realizada com 5 assistentes sociais o que corresponde a 50%, uma vez que a população total, 100 %, é de 10 profissionais. Estes estão distribuídos da seguinte forma, 3 no CREAS, 5 no CRAS e 2 na Secretaria do Trabalho e Assistência Social. A amostra foi aleatória, uma vez que entrevistamos os profissionais que aceitaram participar da pesquisa. Assim foram entrevistados 2 no CREAS e 3 no CRAS.

Inicialmente foi feita uma pesquisa investigativa de caráter bibliográfico, através de revistas, livros, periódicos, pesquisas entre outros, estas fontes permitem que o pesquisador entre em contato com tudo que já foi escrito ou dito sobre um determinado

tema, proporcionando uma nova visão sobre ele na elaboração do marco teórico conceitual.

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi a entrevista, a qual se configura como um instrumento de investigação social com a finalidade de obter informações de uma determinada realidade. Para Minayo (2007, p. 189), “os instrumentos de trabalho de campo na pesquisa qualitativa visam a fazer mediação entre marcos teórico-metodológicos e a realidade empírica”.

A entrevista coleta os dados a partir do discurso livre dos sujeitos pesquisados, por meio da escuta ativa articula a fala dos mesmos a universalidade dos fenômenos sociais. A entrevista utilizada foi a semi-estruturada, caracterizada pela colocação de perguntas abertas e fechadas, no intuito do entrevistado não se confundir a respeito da questão inicial.

### **3.3- Análise e interpretação dos dados**

Neste tópico será feita a análise e interpretação dos dados coletados a partir da entrevista realizada com os assistentes sociais que atuam na política de assistência social, com o objetivo de analisar as condições em que este trabalho se realiza nestes espaços específicos, na perspectiva dos tencionamentos ao projeto ético político do Serviço Social.

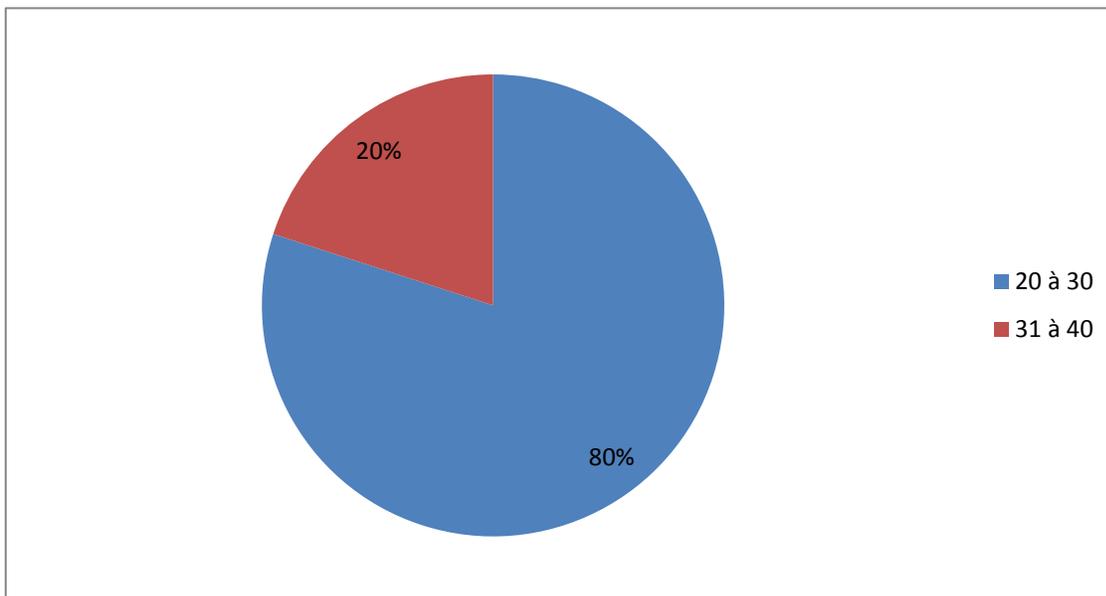
No primeiro momento temos o resultado a respeito do sexo, neste aspecto 100% das assistentes sociais entrevistadas são do sexo feminino.

Como é sabido, o serviço social é uma profissão de perfil expressamente feminino. Ela conserva traços essenciais de suas protoformas, um desses é o resquício do sexo, pois na emergência o serviço social foi formado pelas práticas das “Damas de caridade”, função exercida apenas pelas mulheres.

Como mostram pesquisas recentes “o perfil desse trabalhador é de uma categoria fundamentalmente feminina (97%) com a presença de apenas 3% de homens”. (IAMAMOTO, 2009, p. 346).

Outro questionamento diz respeito a idade dos entrevistados conforme gráfico abaixo:

**GRÁFICO 1 – IDADE**



Fonte: primária (2012)

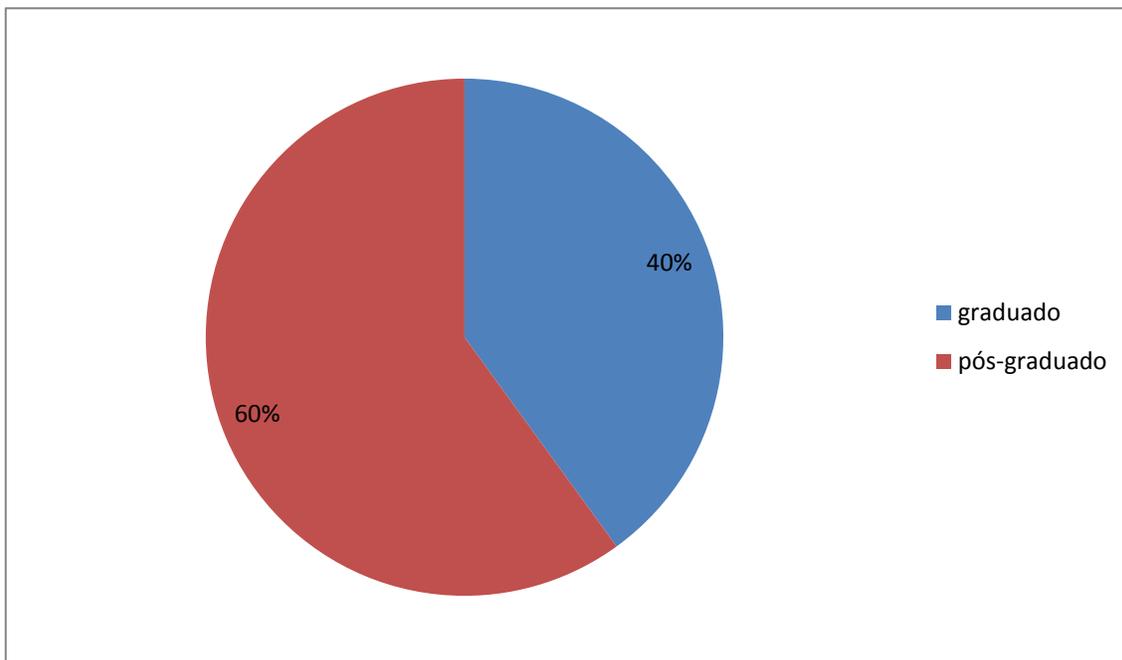
No que tange a idade percebemos que as assistentes sociais tem uma formação recente, como mostra a resposta 4, portanto no processo de formação desses profissionais já estava estabelecido um projeto pedagógico em sintonia com as diretrizes curriculares alicerçadas no projeto ético político formulado pela categoria dos assistentes sociais a partir dos anos 1980. Neste sentido,

Portadoras de uma direção intelectual e ideopolítica, componente imperativo do projeto profissional, as diretrizes curriculares, base para os projetos pedagógicos dos cursos de graduação em serviço social, estão pautadas em princípios que na presente quadra histórica indicam os fundamentos para a formação profissional desenvolvida com flexibilidade; rigor teórico, histórico e metodológico no trato da realidade e do serviço social. (KOIKE, 2009, p. 212).

Com efeito, as diretrizes curriculares em consonância com o projeto profissional buscam romper com práticas conservadoras através da interlocução com a teoria social crítica, formando profissionais capazes de desvendar o significado das relações sociais capitalistas, como também assistentes sociais comprometidos com a transformação do real.

No que tange a formação dos profissionais, visualizamos que:

## GRÁFICO 2- FORMAÇÃO PROFISSIONAL



Fonte: primária (2012)

Analisamos neste gráfico que a maioria dos assistentes sociais que atuam no âmbito municipal tem apenas a pós-graduação. Isto se dá porque as condições precárias que atinge o profissional de serviço social não o possibilita a investir na sua formação profissional. Esta situação se agrava porque nos espaços sócio ocupacionais é ausente uma política de qualificação e capacitação profissional, como aponta o gráfico 07. Todavia,

(...) a ampliação do número de trabalhadores com estabilidade funcional é condição essencial, ao lado de processos continuados de formação e qualificação, a partir do ingresso via concurso público, definição de cargos e carreiras e de processos de avaliação e progressão, caracterização de perfis das equipes e dos serviços, além de remuneração compatível e segurança no trabalho. (RAICHELIS, 2010, 761)

Neste sentido é a partir de uma formação continuada que o profissional consegue decifrar a realidade social na qual está inserido, conhecendo a vida dos sujeitos sociais que procuram os serviços socioassistenciais, como também o espaço

sócio ocupacional que requisita sua atuação profissional, no sentido de garantir uma interlocução com o que preconiza o projeto ético político.

Entre os anos de 2006 e 2012, 100% dos assistentes sociais que atuam na política de assistência social da cidade de Missão Velha/ CE, concluíram sua graduação. Isto é explicável pela expansão dos espaços ocupacionais nesta área, uma vez que com a aprovação da PNAS em 2004 e o estabelecimento do SUAS ocorrerá um aumento das requisições no âmbito do serviço social. Cabe frisar que,

É esse solo histórico movente que atribui novos contornos ao mercado profissional de trabalho, diversificando os espaços ocupacionais e fazendo emergir inéditas requisições e demandas a esse profissional, novas habilidades, competências e atribuições. (IAMAMOTO, 2009, p. 344).

Neste processo se faz necessário à constituição de um perfil profissional crítico e propositivo, com competência teórico-metodológica, fazendo com que a dimensão técnico-operativa se concretize com base no compromisso ético-político.

Com relação a instituição que o entrevistado concluiu a sua graduação, temos que 100% dos mesmos se formaram numa instituição privada.

Por este gráfico percebemos a amplitude que o ensino privado em serviço social vem crescendo nas últimas décadas, em virtude da privatização do ensino, num quadro que o estado se exime de sua responsabilidade com o ensino superior público, inserindo-o numa lógica mercadológica. Este contexto não é restrito, conforme pesquisas realizadas,

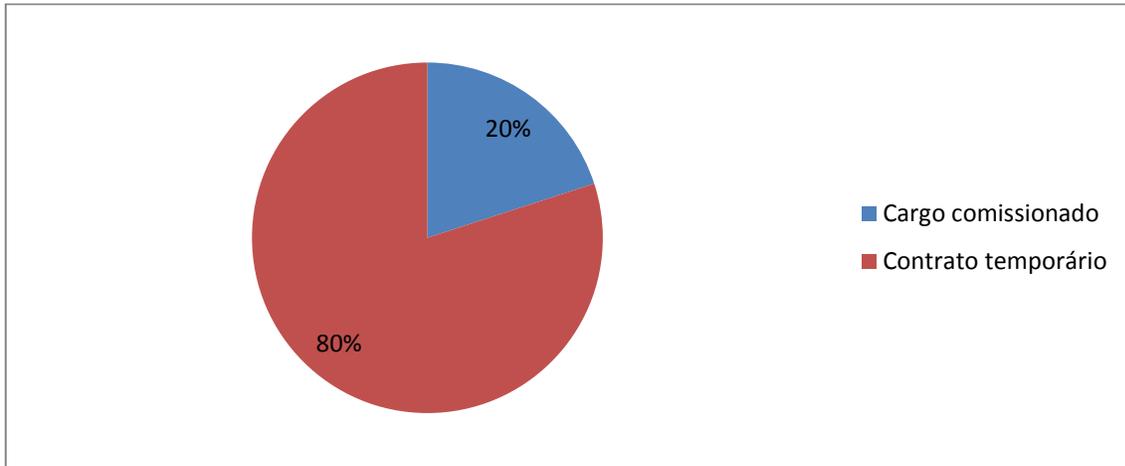
Na área do serviço social dos 217 cursos de graduação presencial existente no país, em 2006 80% ou 173 deles pertenciam ao setor privado e 20% ou 44 daquele total ao setor público. Em 1994 existiam 72 cursos, dos quais 34% ou 25 destes eram públicos e 47 ou 66% eram particulares. Comparados os dois censos realizados pelo MEC/ INEP nos períodos indicados, o aumento dos cursos pagos na área atingiu 268% (ABREU; LOPES, 2007, p. 12 citado por KOIKE, 2009, p. 206).

Todavia, o que está em jogo é o modo como esta formação está sendo processada, se ela apenas forma profissionais qualificados para atender uma determinação do mercado, ou se consegue formar assistentes sociais críticos com

competência teórico-metodológica, técnico-operativa e comprometidos com o projeto ético político do serviço social.

Neste gráfico está o tipo de contrato que rege o trabalho dos entrevistados:

**GRÁFICO 3 - TIPO DE CONTRATO QUE REGE O TRABALHO**



Fonte: primária (2012)

Este gráfico atesta à expressiva precarização do trabalho do assistente social. Este profissional no curso da atualidade vem sendo submetido a formas de trabalho inseguro, cujo se estabelece por tempo determinado através de contratos temporários. Sendo assim,

Essa dinâmica de precarização atinge também o trabalho profissional do assistente social, afetado pela insegurança do emprego, precárias formas de contratação, intensificação do trabalho, baixos salários, pressão pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, ausência de políticas de qualificação e capacitação profissional, entre outros. (RAICHELIS, 2010, p. 758).

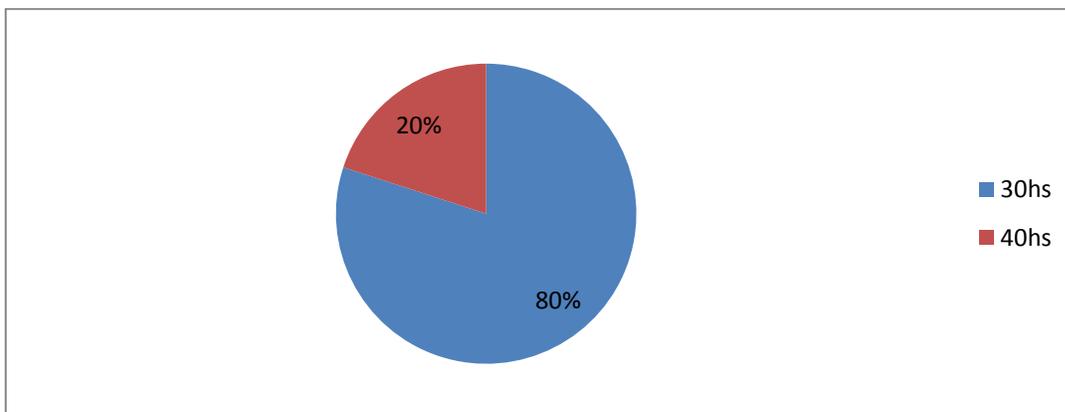
Neste sentido, o trabalho do assistente social é estabelecido segundo os parâmetros de compra e venda, ou seja, ele é uma mercadoria, e dessa forma, para que se concretize necessita da mediação das instituições empregadoras, estas acabam por relativizar a autonomia profissional conforme seus interesses.

Assim o desafio está posto, o profissional precisa entender como se dá a correlação de forças no espaço institucional, sua condição de trabalhador assalariado

para articular suas demandas sócio profissionais ao projeto da profissão, no intuito de materializar o mesmo.

No que se referem às horas semanais de trabalho na instituição os entrevistados afirmaram:

**GRÁFICO 4 – HORAS SEMANAIS DE TRABALHO NA INSTITUIÇÃO**



Fonte: primária (2012)

Não obstante, visualizamos que o estabelecimento da carga horária de trinta horas semanais para os assistentes sociais foi reflexo da luta desta categoria profissional por melhores condições de trabalho com o objetivo de garantir qualidade na prestação dos serviços para os usuários dos mesmos. Contudo,

Esta luta só acabará quando todos (as) os (as) assistentes sociais do Brasil tiverem assegurada a jornada semanal de trinta horas com salários compatíveis com suas atribuições. Esse direito fundamental para as condições de vida deve ser compreendido e contextualizado nas lutas mais gerais por uma sociedade que não transforme o trabalho e a vida em mercadoria a serviço da acumulação. (BOSCHETTI, 2011, p. 583).

Portanto, é de grande relevo as ações desenvolvidas pelo conjunto CFESS/ CRESS para que este direito conquistado através de muitas batalhas não seja alvo de violações. Assim, essas entidades ainda continuam em luta. Esta se pauta na defesa de concurso público, de salários compatíveis com as competências e atribuições do assistente social e do estabelecimento de condições éticas e técnicas para o exercício profissional.

Visualizamos que 100% dos entrevistados não possuem outros vínculos empregatícios.

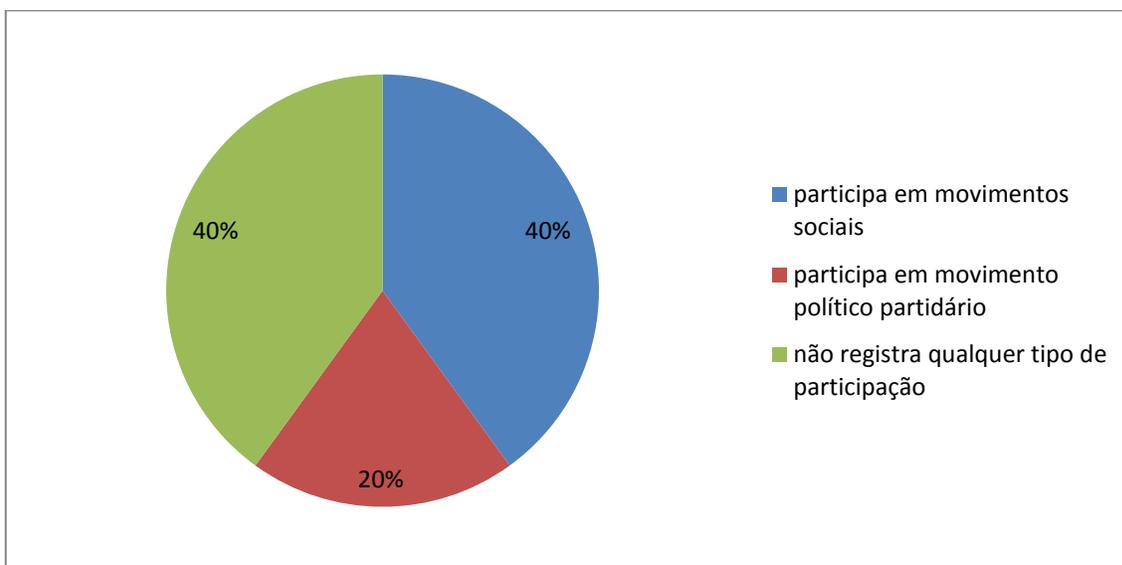
Conforme estudos realizados a situação dos assistentes sociais que atuam neste município não é tão divergente das demais, visto que, “(...) a grande maioria dos profissionais, 77,19%, possui apenas um vínculo empregatício; 10,31% registram dois vínculos e apenas 0,76, três ou mais”. (IAMAMOTO, 2009, p. 346).

A inserção em vários espaços sócio ocupacionais a partir do estabelecimento de mais de um vínculo empregatício mostra mais uma das facetas da precarização das relações de trabalho do assistente social.

Os profissionais inscritos nesta realidade ficam sobre carregados e muitas vezes acabam comprometendo a qualidade dos serviços prestados a população usuária no âmbito de seus direitos. Conseqüentemente infringem o X princípio fundamental do Código de Ética de 1993, “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (BRASIL, 2011, p. 23).

No seguinte gráfico perguntamos com relação à participação em atividade política, obtivemos os seguintes resultados:

**GRÁFICO 5 – COM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADE POLÍTICA**



Fonte: primária (2012)

Este é um índice preocupante, visto que o trabalho do assistente social requer uma atitude eminentemente política. Esta atitude manifesta a possibilidade do

profissional estabelecer parcerias com a própria sociedade, fazendo com que o projeto profissional vá além da própria categoria dos assistentes sociais, encontrando novos horizontes no conjunto da sociedade. Para tanto,

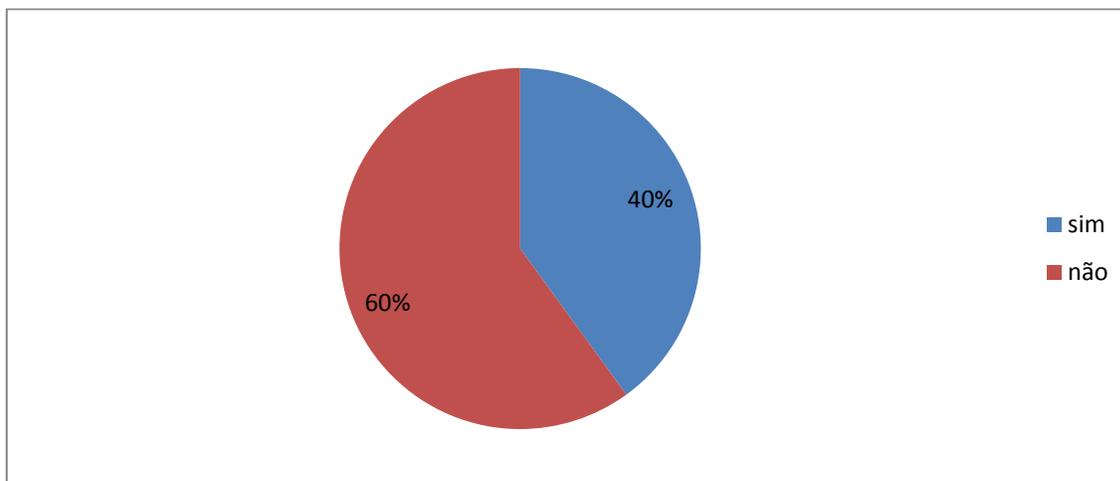
Considera-se que a assessoria às instâncias públicas de controle democrático articulada aos movimentos sociais é um espaço de trabalho que os assistentes sociais podem contribuir para o fortalecimento dos sujeitos políticos na perspectiva da garantia e/ou ampliação dos direitos sociais, tendo no horizonte a emancipação humana. (BRAVO, 2009, p. 407).

Neste sentido, nas relações com organizações da sociedade civil é direito do assistente social “apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania” (BRASIL, 2011, p. 34).

Todavia, é de extrema importância os assistentes sociais recuperar o trabalho de base junto à população no intuito de traçar uma intervenção que vá além do imediatismo, no sentido de sensibilizar os usuários de sua condição, ou seja, sujeitos de direitos.

O seguinte gráfico expressa a participação dos entrevistados em conselho de direito ou de política social.

**GRÁFICO 6 – PARTICIPA EM CONSELHO DE DIREITO OU DE POLÍTICA SOCIAL**



Fonte: primária (2012)

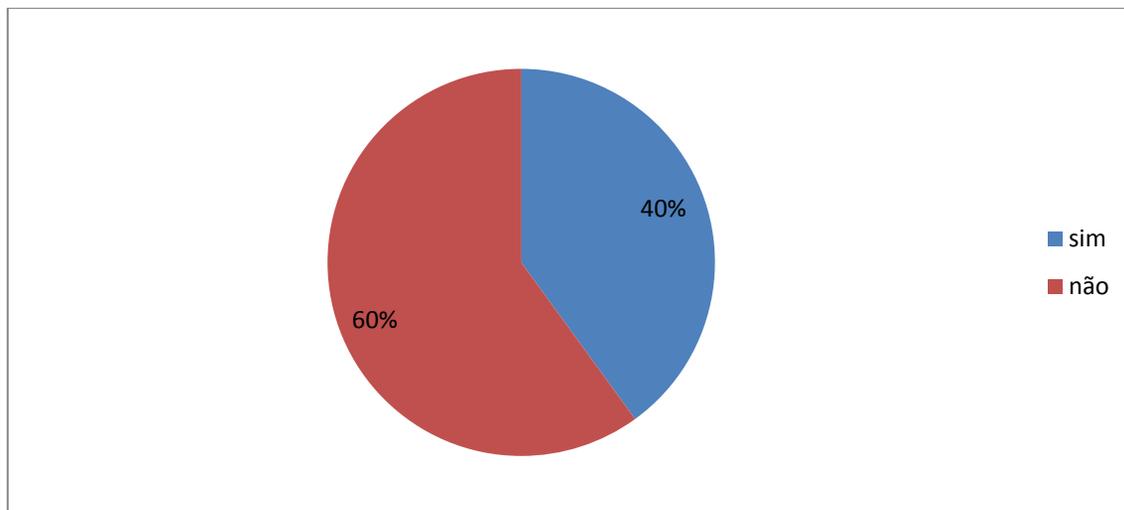
A participação em conselho de direito ou de política social se configura como um novo espaço de atuação para os assistentes sociais, neste âmbito, se abrem possibilidades para prática profissional, como também, vem sendo fonte de organização política para os usuários, fazendo com que a participação da sociedade civil organizada exerça o controle social na perspectiva de ampliar a esfera pública democrática. Neste aspecto,

Os profissionais adeptos do projeto ético-político da profissão precisam qualificar suas ações a fim de contribuírem para a ampliação de uma cultura política crítica e democrática necessária ao efetivo controle democrático dos sujeitos coletivos, que buscam na arena pública – enquanto interlocutores e representantes dos interesses da maioria da população – defender a garantia dos direitos sociais, num cenário de regressão dos mesmos e de destruição das conquistas históricas dos trabalhadores. (BRAVO, 2009, p. 401).

Portanto, o profissional deve se aproximar dessa realidade buscando participar destes espaços para fortalecê-los e consolidá-los.

Foi perguntado aos entrevistados se a instituição oferta uma política de capacitação e/ou qualificação profissional, segundo o gráfico abaixo:

**GRÁFICO 7 - A INSTITUIÇÃO OFERTA UMA POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO E/OU QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL**



Fonte: primária (2012)

É notória a importância das instituições empregadoras desses profissionais promoverem uma política de capacitação e qualificação profissional, no sentido de possibilitar uma melhor qualidade aos serviços prestados pelos mesmos. Com efeito,

Quanto mais qualificados os servidores e trabalhadores da assistência social, menos sujeitos a manipulação e mais preparados para enfrentar os jogos de pressão política e de cooptação nos espaços institucionais, conferindo qualidade e consistência ao trabalho realizado. (RAICHELIS, 2010, p. 766).

Destacamos a necessidade de o assistente social estar em constante aprimoramento profissional, para que o mesmo desenvolva uma competência crítica para lidar com as novas expressões da “questão social”, com as novas formas de relacionamento estado e sociedade, articulações inerentes ao seu trabalho no curso da atualidade.

A qualificação profissional é essencial para que as práticas rompam com a alienação prevalecente na relação de assalariamento e na hierarquia imposta pelos dirigentes da instituição. Para tanto é preciso articular estratégias coletivas assentadas no projeto ético político, na defesa da autonomia profissional na perspectiva do mesmo definir a direção social da sua intervenção.

Serão analisados alguns discursos dos assistentes sociais entrevistados, conforme os seguintes questionamentos: no que tange as condições de trabalho qual a maior limitação colocada ao seu exercício profissional nesta instituição;

*A falta de transporte para realizar visitas domiciliares e a falta de interesse dos próprios usuários (A.S. 1).*

*A resistência por parte dos usuários, uma vez que, na realidade perdura a troca material e não somente de conhecimentos específicos(A.S. 4).*

De acordo com a fala dessas profissionais, percebemos que a instituição empregadora condiciona a intervenção do assistente social, ou seja, ela coloca limites no estabelecimento das práticas profissionais.

Conforme a A.S. 1, fica explícito que a falta de recursos materiais, ou o próprio transporte significa um limite à prática ao passo que a ausência dele inviabiliza a

realização de visitas domiciliares. A mesma completa assinalando outra questão, que é a falta de interesse dos usuários, aspecto afirmado também pela A.S. 4, pois esta elucida que os usuários só se sentem motivados a participar das atividades desenvolvidas pela instituição quando se tem um incentivo material. Desse modo,

O trabalho do assistente social encontra-se sujeito a um conjunto de determinantes externos, que fogem ao seu controle de indivíduo e impõem limites, socialmente objetivos, à consecução de um projeto profissional coletivo no cotidiano do mercado de trabalho. Alargar as possibilidades de condução do trabalho no horizonte daquele projeto exige estratégias político profissionais que ampliem as bases de apoio no interior do espaço ocupacional e somem forças com segmentos organizados da sociedade civil, que se movem pelos mesmos princípios éticos e políticos. (IAMAMOTO, 2009, p. 352).

Todavia, é lançada a necessidade de compreender a responsabilidade ética e política que cabe aos assistentes sociais vinculados ao ideário marxista, entendendo que as condições adversas postas pelas instituições e pela sociabilidade burguesa não leve estes profissionais ao imobilismo ou ao fatalismo, a ficar assistindo a barbárie, comportamento que não condiz com o compromisso ético afirmado pelo projeto profissional. (BARROCO, 2010)

Neste sentido, deve-se buscar dentro da instituição possibilidades de intervenção que exerça uma função mediadora contra a ideologia capitalista, na busca constante de realização da liberdade para possibilitar a emancipação humana. Para tanto, o assistente social deve defender sua autonomia profissional nos espaços ocupacionais que sua prática se inscreve no intuito de traçar um rumo diferente do esperado pela instituição.

No que se refere aos desafios colocados à materialização do projeto ético político no espaço sócio ocupacional analisaremos as seguintes respostas:

*Os desafios ocorridos na atuação do assistente social e a formação dos grupos existentes dentro do PAIF, onde se tem bastante dificuldade de se trabalhar os aspectos do projeto ético político dentro dos grupos, pois os usuários não tem conhecimento dos seus direitos e deveres como cidadão (A.S. 2).*

*Os desafios sempre ocorrem, mais sempre procuro resolvê-los para um melhor rendimento profissional. (A.S. 3).*

Como visualizamos pela resposta da A.S. 3, não expressa os desafios e muito menos fala sobre o projeto profissional. Fica explícito o não entendimento sobre o tema em questão. Tem uma visão fatalista quando coloca que “os desafios sempre ocorrem”, ao passo que diz que procura resolvê-los, mas não articula as mediações profissionais utilizadas na superação de tais desafios.

Já a A.S. 2 expressa a dificuldade de se trabalhar os aspectos do projeto profissional pelo simples fato dos usuários não terem consciência de seus direitos enquanto cidadãos. Esta é uma visão minimalista, pois o profissional antes de tudo deve estimular no usuário o conhecimento sobre seus direitos. Com efeito, deve-se entender que “As necessidades e as aspirações dos segmentos subalternos, a quem o trabalho do assistente social se dirige predominantemente, podem potencializar e legitimar os rumos impressos ao mesmo, na contramão das definições “oficiais”.(IAMAMOTO, 2009, p. 353).

Dessa forma o profissional deve ser qualificado para conhecer a realidade social, política, econômica e cultural com a qual trabalha, para que possa enxergar a dinâmica da sociedade além dos fenômenos aparentes, buscando compreender sua essência, seu movimento e as perspectivas de construção de novas possibilidades profissionais. É na sistematização da sua prática e na mediação, que o profissional tem condições de traçar um direcionamento de forma crítica e não alienada a partir de seu projeto ético-político possibilitando desta forma uma ação transformadora.

Para finalizar perguntamos se eram utilizadas estratégias no seu exercício profissional para materializar o que preconiza o projeto ético-político, e quais, obtivemos como resposta,

*Sim, priorizando o sujeito como protagonistas de direitos e autonomia cidadã, bem como a realização do trabalho profissional no ato multidisciplinar (A.S. 4).*

*Sim, a motivação para que os grupos funcionem (A.S. 5).*

As estratégias para ação se dá pelo estabelecimento de meios que objetivam dar concretude as finalidades elaboradas pelos profissionais. Neste sentido as estratégias

devem levar a consecução nos fins, ou seja, mediações que visem à materialização do projeto ético político.

Guerra (2011) destaca a necessidade do profissional se apropriar da totalidade das relações sociais, assim exige-se dos Assistentes Sociais um conhecimento amplo sobre a realidade social na sua complexidade, objetivando criar meios para transformá-la. A instrumentalidade pensada sob o ângulo da categoria mediação configura-se em um meio viável para concretização das finalidades profissionais, qual seja: materializar o Projeto Ético Político Profissional.

Para tanto “exige uma prática teórica de sua ação e, mais que isso, uma vinculação às lutas e aos interesses das classes subalternas, no seu movimento de luta contra as classes dominantes” (FALEIROS, 2007, p. 72). Portanto, as mediações profissionais devem contribuir para o processo de libertação, o que pressupõem a valorização da historicidade e totalidade dos fenômenos, estes precisam ser entendidos para além do imediato.

Face ao exposto deve-se valorizar a unidade teoria e prática, uma vez que a teoria não pode ser reduzida a experiência profissional, pois se assim for será traduzida em uma prática burocratizada, repetitiva, acrítica, neutra etc.; para que isso não ocorra é preciso reconstruir cotidianamente o objeto de intervenção através da categoria da mediação, a qual irá favorecer ao profissional a apreensão da realidade social em sua totalidade, possibilitando assim uma ultrapassagem ou uma revolução para uma sociabilidade mais humana.

Conforme lamamoto (2009, p. 37) “o desafio atual é tornar esse projeto um guia efetivo para o exercício profissional e consolidá-lo por meio de sua implementação efetiva”. Concluímos que é de extrema relevância para o Serviço Social a compreensão e um posicionamento ético e uma atuação política concreta da categoria profissional, voltada a um projeto emancipatório segundo os valores e princípios estabelecidos no Código de Ética de 1993 e do Projeto Ético Político Profissional comprometido com os interesses das classes trabalhadoras, na construção de uma nova sociedade mais justa e igualitária.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Afirmamos ao longo desta reflexão o caráter central que a categoria trabalho encerra, esta é entendida como a interlocução entre homem e natureza com a finalidade de produzir os meios necessários para a reprodução humana. Esse processo dá origem ao ser social fundando a humanidade dos homens ao passo que pelas relações de trabalho o ser natural vai evoluindo e se configurando enquanto um ser social e histórico.

A função social que é estabelecida pelo trabalho o coloca enquanto categoria fundante do mundo dos homens, e por meio dela que se desenvolve variadas práxis sociais. Entendemos que o trabalho é a primeira objetivação do ser social, porém ele gera todas as outras objetivações humanas ao passo que elas se estruturam no próprio processo de humanização dos homens em sociedade.

Portanto, visualizamos a categoria trabalho como importantíssima e imprescindível para entendermos a dinâmica da vida em sociedade e dessa forma compreendermos a realidade social, pois o trabalho é a categoria responsável pelo desenvolvimento de toda a sociedade e é através dela que se torna possível a transformação da realidade e da sociedade.

Não obstante, na sociedade capitalista o trabalho não é realização das capacidades humanas mais é visto como mera mercadoria, fundando as relações de troca entre coisas e não entre homens que produzem a riqueza social, pelo contrário, a riqueza social é apropriada pela minoria, a classe detentora dos meios de produção.

Neste sentido, a classe trabalhadora vem sendo alvo de intensa precarização, esta se expressa pelas formas de trabalho inseguro e desprotegido como é o caso dos informais, dos trabalhadores terceirizados, dos que são contratados por tempo determinado através de contratos temporários, como também pela exigência de um trabalhador polivalente e multifuncional, sem falar do desemprego que se apresenta em nível estrutural. Estas mudanças são respostas da crise capitalista que em busca de superar um período recessivo estabelecem alguns mecanismos como a reestruturação produtiva e o neoliberalismo, estes irão trazer novas determinações para a relação do estado com a sociedade, como também para os profissionais de serviço social. Conforme o gráfico 6, 80% dos assistentes sociais atuantes na política de assistência

social tem seu trabalho regido por contrato temporário e 20% por cargo comissionado. Este quadro representa a precarização das relações de trabalho deste profissional.

Como sabemos, a emergência do serviço social como profissão está relacionada ao desenvolvimento do sistema capitalista, assim a era dos monopólios abre espaço à profissionalização e institucionalização desta profissão. O assistente social é chamado a intervir nas sequelas da “questão social” através das políticas sociais. Dessa forma o Estado legitima a profissão através da sua inserção na divisão sócio técnica do trabalho. Vale ressaltar que a prática nesse momento histórico buscava manter a ordem social estabelecida contendo as pressões da classe trabalhadora.

Todavia, é a partir do processo de renovação da profissão, mais especificamente pela vertente da intenção de ruptura que os agentes profissionais passam a questionar as suas práticas convencionais. Portanto busca-se romper com o conservadorismo profissional e com as protoformas do Serviço Social, ao passo que se pretende adotar referenciais teóricos críticos – teoria social de Marx, uma teoria capaz de apreender a realidade em sua totalidade social, compreendendo os processos antagônicos e contraditórios, as relações sociais capitalistas dentre outros, atestando a necessidade do profissional estabelecer novas práticas, agora comprometidas com o projeto de uma sociedade igualitária, em defesa da classe trabalhadora.

Nestes marcos, faz-se necessário articular as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, no intuito de qualificar as respostas profissionais. Para tanto, o processo de formação deve conduzir a formação de profissionais críticos, propositivos e comprometidos com o projeto ético político do serviço social.

Com o adensamento do neoliberalismo, o trabalho do assistente social recebe as inflexões do mundo do trabalho, uma vez que estes profissionais têm suas condições de trabalho precarizadas, e por eles trabalharem na perspectiva de efetivar direitos, estes são constantemente negados por um estado mínimo neoliberal que age em favor dos interesses do capital e não do trabalho.

Então o assistente social é desafiado a entender como se processa suas condições e relações de trabalho na lógica dos espaços sócio ocupacionais, é a partir desse entendimento que o profissional poderá perfilar sua autonomia profissional e traçar um direcionamento a suas ações.

A direção social da atividade profissional deve ser orientada para o estabelecimento de uma finalidade específica materializar o projeto ético político profissional. Todavia, o projeto profissional deve apontar para o horizonte de uma nova sociabilidade, onde prevaleçam valores democráticos de aprofundamento da cidadania, de ampliação da liberdade, autonomia e emancipação humana, visando uma transformação societária.

No entanto, de acordo com o gráfico 9, 40% dos profissionais não registram qualquer tipo de participação, um índice preocupante visto que o assistente social deve participar de atividades políticas para que consiga articular o projeto ético político com as demandas da sociedade que são orientadas pelos mesmos princípios. Assim, 40% registraram participação em movimentos sociais e apenas 20% em movimento político partidário.

Neste sentido, o que observamos é que o Projeto Profissional vem se firmando sob caminhos tênues, uma vez que conforme os resultados obtidos a maioria dos profissionais entrevistados ainda não articulam seu fazer a dimensão ético-político do Serviço Social.

Finalizamos atestando que o projeto profissional não está acabado, ele é reflexo de como as práticas dos agentes profissionais se dão no presente, então o grande desafio é que ele se concretize na vida cotidiana e nos espaços ocupacionais em que as intervenções dos assistentes sociais se estabelecem. É preciso romper com a noção que o projeto ético político está restrito ao âmbito da formação, ou mesmo da teoria, ele deve ser visto e entendido como um norte para o exercício profissional, e só através da sua implementação efetiva que será possível consolidá-lo.

Portanto, é preciso que o profissional se reconheça enquanto membro da classe trabalhadora, entendendo que está suscetível a relações de compra e venda de sua força de trabalho. A relação de assalariamento proporciona condições para que o trabalho do assistente social se realize, é esta característica que tem tencionado o projeto profissional.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Antônio Geraldo. **Serviço Social e o desenvolvimento**. *In*: Serviço Social e filosofia das origens a Araxá. – 5. Ed. – São Paulo: Cortez: São Paulo: Universidade metodista de Piracicaba, 1995.

AMARAL, Angela e MOTA, Ana. **A reestruturação produtiva e as novas modalidades de subordinação do trabalho: Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social**. Disponível em: <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-016-040.pdf>. Acesso em: 21 de março de 2012 às 19h33min.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. – 14. Ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho**. -1. Ed. São Paulo: Boitempo editorial, 2006.

\_\_\_\_\_. **Os modos de ser da informalidade: a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?** *In*: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 107, p. 405-419, jul./set. 2011.

BARROCO, Maria Lúcia. **Ética e vida social: considerações teórico-metodológicas**. *In*: Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez, 2010. P. 25 – 70.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Título VII – Da ordem social. Capítulo II – Da seguridade social. Brasília: Senado Federal, 2010. P. 53-56.

\_\_\_\_\_. Código de ética do/a assistente social. – 9. Ed. – Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.

\_\_\_\_\_. Decreto de lei nº 8.742, de 2 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica da Assistência Social**. 1993.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica - NOB/SUAS**.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS**. Brasília DF, nov. 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Sócioassistenciais**. Brasília DF, nov. 2009.

BRAVO, Maria Inês Souza. **O trabalho do assistente social nas instâncias públicas de controle democrático.** *In:* Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009. P. 394-410.

BEHRING, Elaine. **Política Social no contexto da crise capitalista.** *In:* Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. P. 301-322.

BOSCHETTI, Ivanete. **A Política da Seguridade Social no Brasil.** *In:* Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. P. 323-340.

\_\_\_\_\_. **Condições de trabalho e a luta dos(as) assistentes sociais pela jornada semanal de 30 horas.** *In:* Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 107, p. 557-584, jul./set. 2011.

CASTRO, Manuel Manrique. **Emergência do serviço social: condições históricas e estímulos.** *In:* História do serviço social na América Latina. Tradução de José Paulo Netto e BalkysVillalobos. – 8. Ed. – São Paulo: Cortez, 2007. P. 27 – 40.

DANTAS, José Lucena. **Perspectivas do funcionalismo e seus desdobramentos no serviço social.** Caderno ABESS. Nº 04. Ensino em Serviço Social: pluralismo e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1991. P. 37 – 53.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Metodologia e ideologia do trabalho social.** – 10. Ed. – São Paulo: Cortez. 2007.

GRANEMANN, Sara. **O processo de produção e reprodução social: trabalho e sociabilidade.** *In:* Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. – Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. P. 223 – 238.

\_\_\_\_\_. **Processo de trabalho e serviço social.** Programa de capacitação continuada para assistentes sociais. Brasília: CEAD, 1999. P. 155 -166.

GUERRA, Yolanda. **A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância.** *In:* Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 104, p. 715-736, out./dez. 2010

\_\_\_\_\_. **Instrumentalidade do processo de trabalho e serviço social.** *In:* Serviço Social e Sociedade. Nº 62 – ano XX – março 2000. P.

\_\_\_\_\_. **Racionalidade do capitalismo e Serviço Social.** *In:* A instrumentalidade do serviço social. – 9. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011. P. 101 – 177.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na cena contemporânea.** *In:* Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009. P. 15–50.

\_\_\_\_\_. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social.** *In:* Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009. P. 341-376.

\_\_\_\_\_. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** – 34. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho questão social.** – 4. Ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

LESSA, Sérgio. **Serviço Social e Trabalho: do que se trata?** Disponível em: [http://www.sergiolessa.com/artigos\\_97\\_01/ssocial\\_trabalho\\_2000.pdf](http://www.sergiolessa.com/artigos_97_01/ssocial_trabalho_2000.pdf). Acesso em: 28 de fevereiro de 2012 às 15h55min.

\_\_\_\_\_. **Trabalho e reprodução.** *In:* Serviço Social e trabalho: porque o serviço social não é trabalho. Maceió: EDUFAL, 2007. P. 29-50.

KOIKE, Maria Marieta. **Formação profissional em serviço social: exigências atuais.** *In:* Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009. P. 201 - 222.

MARX, Karl. **Processo de trabalho e processo de valorização.** Capítulo V. *In:* O capital. Tradução de Regis Kothe. São Paulo: Nova cultura, 1996. P. 297-316.

\_\_\_\_\_. **Trabalho alienado.** *In:* Manuscritos econômico-filosóficos. Disponível em: [www.marxists.org/portugues/Marx/1844/manuscritos/index.htm](http://www.marxists.org/portugues/Marx/1844/manuscritos/index.htm). Acesso: 28 de setembro de 2012 às 17hs32min.

MARCONI, Marina e LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** - 6. Ed. – São Paulo: Atlas 2005.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social.** 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MINAYO, Maria Cecília. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** – 10. Ed. – São Paulo: Hucitec, 2007.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** – 29. Ed.- Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

MOTA, Ana Elizabete (org). **As tendências da política de Assistência Social, o SUAS e a formação profissional.** *In:* O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade. - 4. Ed. - São Paulo: Cortez, 2010. P. 180-200.

\_\_\_\_\_. **Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista.** *In:* Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009. P. 51 – 68.

MONTANÕ, Carlos. **O Projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”.** *In:* Terceiro Setor e Questão Social. São Paulo: Cortez, 2002.

NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. **Trabalho, sociedade e valor; O modo de produção capitalista: a exploração do trabalho.** *In:* Economia política: uma introdução crítica. – 6. Ed.– São Paulo: Cortez, 2010. P. 29 – 48; 95 – 113.

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social.** *In:* MOTA, A. E (org.). Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. – 3ª Ed.- São Paulo: Cortez; Brasília: Ministério da Saúde: 2008.

\_\_\_\_\_. **A renovação do serviço social sob a autocracia burguesa.** *In:* Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. – 13. Ed. – São Paulo: Cortez, 2009. P. 115 – 305.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo monopolista e serviço social.** – 4. Ed. ampliada – São Paulo, Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao método da teoria social.** *In:* Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. –Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. P. 668-696.

RAICHELIS, Raquel. **Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas.** *In:* Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 104, p. 750-772, out./dez. 2010.

\_\_\_\_\_. **O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente à violação de seus direitos.** *In:* Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul./set. 2011.

\_\_\_\_\_. **O trabalho do assistente social na esfera estatal.** *In:* Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009. P. 377–392.

SIMÕES, Carlos. **Seguridade Social.** *In:* Curso de Direito do Serviço Social. - 3. Ed. - São Paulo: Cortez, 2009. P.

SITCOVSKY, Marcelo. **Particularidades da expansão da Assistência Social no Brasil.** *In:* MOTA, Ana. (org). O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade. - 4. Ed. - São Paulo: Cortez, 2010. P. 147-179.

SORIANO, Raul Rojas. **Manual de pesquisa social.** 1. Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

TEIXEIRA, Joaquina e BRAZ, Marcelo. **O projeto ético-político do serviço social.** *In:* Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009. P. 185-200.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social.** *In:* Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009. P. 143 – 164.

## APÊNDICES

**FACULDADE LEÃO SAMPAIO**  
**CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**PESQUISA: ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS  
ASSISTENTES SOCIAIS QUE ATUAM NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA  
SOCIAL DO MUNICÍPIO DE MISSÃO VELHA/CE NA PERSPECTIVA DOS  
TENCIONAMENTOS AO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL.**

**PESQUISADOR: REGIANE SILVA PIMENTA FEITOSA**  
**ENTREVISTA**

1. SEXO:

a) (  ) Feminino    b) (  ) Masculino

2. Instituição onde atua \_\_\_\_\_

3. IDADE:

a) (  ) 20 à 30 anos

b) (  ) 31 à 40 anos

c) (  ) 41 a 50 anos

d) (  ) acima de 51 anos

4. FORMAÇÃO:

a) (  ) Graduado

b) (  ) Pós-graduado

c) (  ) Mestre

d) (  ) Outro: \_\_\_\_\_

5. EM QUE ANO VOCÊ CONCLUIU SUA GRADUAÇÃO?

a) (  ) Nos anos 80

b) (  ) Nos anos 90

c) (  ) Entre os anos 2000 a 2005

d) (  ) Entre 2006 a 2012

6. VOCÊ CONCLUIU SUA GRADUAÇÃO NUMA INSTITUIÇÃO:

- a) ( ) Pública
- b) ( ) Privada
- c) ( ) EAD

7. QUAL TIPO DE CONTRATO REGE SEU TRABALHO?

- a) ( ) Concursado
- b) ( ) Cargo comissionado
- c) ( ) Contrato temporário
- d) ( ) Outro

8. VOCÊ TRABALHA QUANTAS HORAS SEMANAIS NESTA INSTITUIÇÃO?

---

9. VOCÊ POSSUI OUTROS VINCULOS EMPREGATÍCIOS?

- a) ( ) Não
- b) ( ) Sim

Em que área: \_\_\_\_\_

10. COM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADE POLÍTICA VOCÊ:

- a) ( ) participa em movimento da categoria de assistentes sociais
- b) ( ) participa em movimentos sociais
- c) ( ) participa em movimento partidário
- d) ( ) participa em movimento sindical
- e) ( ) não registra qualquer participação

11. ENQUANTO ASSISTENTE SOCIAL VOCÊ PARTICIPA DE ALGUM CONSELHO DE DIREITO OU DE POLÍTICAS SOCIAIS

- a) ( ) Não
- b) ( ) Sim.

Qual/quais? \_\_\_\_\_

12. A INSTITUIÇÃO OFERTA UMA POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO E/OU QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL?

a) ( ) Não

b) ( ) Sim

Outro: \_\_\_\_\_

13. VOCÊ CONSIDERA O SEU LOCAL DE TRABALHO COMPATÍVEL COM A SUA NECESSIDADE?EXPLIQUE:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

14. QUAL A MAIOR LIMITAÇÃO COLOCADA AO SEU EXERCÍCIO PROFISSIONAL?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

15. QUAIS OS DESAFIOS COLOCADOS À MATERIALIZAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO NO SEU ESPAÇO SOCIO-OCUPACIONAL?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

16. VOCÊ UTILIZA ESTRATÉGIAS NO SEU EXERCICIO PROFISSIONAL PARA MATERIALIZAR O QUE PRECONIZA O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO? QUAIS?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_